

CARLOS BURKE

ENSAIO SOBRE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO
Uma abordagem marxiana

Córrego do Macuco/ES
Outono/2006
Blog: www.cburke.com.br

Prefácio**Introdução****Capítulo 1 - O Desenvolvimento do Trabalho**

A transformação do Trabalho
O desenvolvimento da manufatura
A Indústria Moderna

Capítulo 2 - Desenvolvimento do Dinheiro

O surgimento do Dinheiro
Dólar na cueca e reais na mala

Capítulo 3 - Salário

Salário Direto e Indireto
Distribuição de Renda
Salário-mínimo no Brasil
Mas por que é mínimo?
Luta de Classes
História Natural versus História Econômica?

Capítulo 4 - Mais Valia

A distribuição da Mais valia
Tendências e contra-tendências de expansão da mais valia

Capítulo 5 – A Classe Média sai do paraíso?**Capítulo 6 – Classes Sociais**

Produto e Serviço
A materialidade da Produção

Considerações Finais**Bibliografia****PREFÁCIO**

Certa manhã de domingo eu passeava por uma feira de artesanato quando me deparei com uma camiseta feita em "silkscreen" onde se lia:

"Marx morreu.

Freud morreu.

Lennon morreu.

E eu não estou me sentindo muito bem!"

O livro com o qual você agora se depara meu caro leitor fez com que eu me lembrasse dessa frase bem humorada e muito expressiva. Você deve estar se perguntando: Que maluquice é essa?

A lembrança se deu por vários motivos. Em primeiro lugar, por que Carlos Burke nos mostra de maneira clara e incontestável que "Marx não morreu", o que não se pode dizer, talvez, do marxismo.

O método para compreender a realidade social desenvolvido por esse pensador da segunda metade do séc. XIX continua vivo e atual. Se Marx pudesse voltar a Terra, tenho certeza que discordaria de boa parte de seus "seguidores", mas não de seu método. Buscar o entendimento da sociedade com base em sua história e nas relações entre os homens e mulheres que produziram essa história: eis uma das chaves de seu método. Não a história superficial, retratada por fatos que se sucedem cronologicamente, mas a história complexa, dinâmica, fragmentada e inacessível em sua totalidade, em uma palavra, a história humana. Assim também são os seres humanos: fragmentados e inacessíveis em sua totalidade, como de forma tão brilhante Freud nos mostrou.

Para entendermos o mundo em que hoje vivemos temos necessariamente que passar por esses dois pensadores: Marx e Freud. Sem se preocupar diretamente com o segundo, por não ser objeto desse ensaio, Carlos Burke produziu de forma clara e absolutamente próxima à realidade um dos mais esclarecedores textos sobre o pensamento de Marx. A abordagem recheada de exemplos próximos ao nosso dia-a-dia, confirma que o método de análise da sociedade construído por Marx continua vivo e fortalecido. Basta saber usá-lo. Burke sabe, porque antes de tudo, estudou Marx e utiliza em sua vida pessoal e profissional esse método.

Cabe aqui um depoimento pessoal. Conclui minha graduação em Ciências Sociais e a vida profissional me levou a trabalhar em marketing e, para minha sorte, me fez trabalhar com o Burke. Foi com ele que pela primeira vez pude perceber de que maneira ter estudado Marx poderia me ajudar a trabalhar com marketing. Só conhece profundamente a dinâmica de mercado quem conhece profundamente a dinâmica do processo de produção capitalista. Espero que esse livro possa oferecer aos alunos de diversos cursos e aos profissionais de diversas áreas, a mesma contribuição que trabalhar junto com o Burke proporcionou para o meu crescimento profissional.

Você, caro leitor, deve estar se perguntando onde entram John Lennon e sobre eu não estar me sentindo muito bem. Minha amizade com o grande Carlos Burke pode ser expressa nessa estrofe escrita por John:

"I get high with a little help from my friends"* (John Lennon e Paul McCartney)

Boa leitura!

Ricardo Pimentel - Sociólogo, especialista em Marketing, Mestre em Administração Estratégica, Professor na FAE Business School/UNIFAE e Faculdade OPET e consultor em Marketing Educacional

*Eu fico eufórico com uma pequena ajuda de meus amigos" (tradução livre)

INTRODUÇÃO

A idéia deste ensaio surgiu com a necessidade de atender aos alunos, na disciplina de Sociologia, com os quais vinha trabalhando há cinco anos em cursos superiores.

Meu foco de trabalho é trazer a discussão sobre a realidade atual, utilizando-me de abordagem histórica, buscando entender a origem das contradições da sociedade moderna, seja em relação ao que se apresenta na sociedade em geral, seja nas relações de trabalho dentro das empresas.

O problema que sempre surge aos professores é como discutir temas tão complexos como salário, salário-mínimo, desigualdades, emprego, exploração, dinheiro, classes sociais, distribuição de renda, tecnologia, sem cair em intermináveis discussões sobre a realidade factual, baseando-nos no senso comum ou em discussões sobre o que autores disseram a respeito desse ou daquele tema.

Como ter um método adequado que nos traga uma compreensão mais abrangente e unifique em uma visão crítica essas categorias sociais?

A melhor forma que encontrei, para atingir meus objetivos, foi utilizar-me da teoria marxiana. E por que marxiana e não marxista?

Como Sociólogo, tomei contato com Marx em textos esparsos na faculdade (mas muito bem trabalhados pelo mestre Antonio Pucci, ao qual agradeço o incentivo para a visão crítica) e em discussões acaloradas com "marxistas" do movimento estudantil da época - 1982, ainda no ocaso da ditadura militar.

Mas eu sentia a necessidade de recorrer a Marx mesmo, pois achava as discussões um tanto quanto apaixonantes, mas sem muita base teórica.

Só pude realizar a tarefa de estudar Marx, quando me tornei funcionário público em uma Fundação no Estado do Paraná, em 1987. Mal comparando, Carlos Drummond de Andrade dizia que só conseguiu ser poeta por ter sido funcionário público.

Por motivos políticos, eu havia sido "exilado" em uma unidade da Fundação, que se chamava Hospedaria do Migrante, cuja função era atender migrantes carentes que precisavam se relacionar com a cidade de Curitiba, seja para busca de trabalho ou cuidados com a saúde.

Meu "exílio" aconteceu em decorrência de um discurso que escrevi para meu amigo Marcos, o Magu, como era chamado, Presidente de nossa Associação de Funcionários. O problema é que o discurso foi lido na presença do Governador de então, Álvaro Dias, atual Senador. Era aniversário de nossa Fundação e pegou meio mal, pois ao invés de elogiar, vejamos só, criticamos o governo pela falta de reajuste em nossos salários, defasados que estavam pela inflação alta.

Como não podiam demitir o Magu, tentaram demitir o mentor do discurso. É importante salientar que o Secretário da pasta de Ação Social, o deputado federal Rubens Bueno, responsável por nossa Fundação, não permitiu minha demissão. O Diretor de nossa Fundação, que não lembro nem o nome, queria minha cabeça. Mas na impossibilidade de demissão, teve uma brilhante idéia: mandar-me para bem longe da sede.

Baixei na Hospedaria do Migrante e obviamente não tinha função para mim. Mas a punição virou uma "bênção". A Diretora da Unidade, que era minha amiga, "permitiu" então que eu estudasse. Passava, portanto, oito horas diárias lendo O Capital. Só era interrompido quando o seu João, motorista da unidade, faltava. Lá ia eu de Kombi buscar alimentos doados por restaurantes e empresas colaboradoras, que eu acondicionava em uns painéis e os trazia à unidade. Essa doação era necessária, pois o feijão e arroz que o Estado enviava para a Hospedaria eram mofados e impróprios para

consumo. Reclamar poderia implicar o "exílio" da diretora. Como ela não pretendia estudar Marx...

Assim, fui fazendo meus estudos sobre a teoria marxiana, bancado com recursos públicos. Agora vou tentar devolver esse conhecimento à sociedade que me patrocinou.

Percebi, já no início do contato com a obra que pouco sabemos sobre sua Ciência. Quando Marx lançou o livro I de O Capital, comenta no Prefácio sobre a sugestão de alguns companheiros que questionaram se não seria melhor ele ter usado uma linguagem mais acessível aos trabalhadores. Marx dizia, em linhas gerais, que após lançada uma obra, a tendência é a simplificação de conceitos para o entendimento mais abrangente, quando não a sua vulgarização. Se ele partisse desse ponto, poderia aprofundar a simplificação e não contribuir com o entendimento dos fenômenos. Caberia agora aos intérpretes de sua obra a destinação conveniente.

Ler, portanto, a obra toda é fundamental, pois a construção dos conceitos vai se dando por etapas. Marx dizia que o isolamento dos conceitos para sua melhor compreensão é utilizado por todos, como método. O problema é juntá-los depois no todo, em sua dinâmica. Por isso, separa O Capital em 3 livros para análise: o Processo de Produção, o Processo de Circulação e o Processo Global de Produção Capitalista. A leitura apressada de alguma parte pode trazer uma conclusão equivocada de seus conceitos.

Utilizo diretamente da obra, contribuindo para a compreensão dos alunos, os dois capítulos históricos sobre a "Divisão do Trabalho e Manufatura" e sobre "Maquinaria e Indústria Moderna". Marx sugeria em seu Prefácio que a leitura poderia começar por esses dois capítulos ou por onde começa mesmo, ou seja, a Mercadoria, como a representante material das relações capitalistas.

Outros conceitos como valor, preço, força de trabalho, mercadoria, dinheiro, salário, mais-valia, necessários para a compreensão das relações capitalistas, eu vou construindo com os alunos durante as aulas.

Mas algumas dificuldades são encontradas para se trabalhar esses conceitos em sala de aula. Por um lado, eles aparecem em intermináveis obras de diferentes autores e, por outro, sugerir a leitura de O Capital para os alunos, é impraticável. Percebi, dessa forma, a necessidade de fazer este ensaio e criar um material adequado às minhas aulas, que em verdade já estava pronto. Bastava escrevê-lo.

Procurei utilizar uma linguagem acessível a leitores iniciantes, que são a grande maioria dos que nos chegam à faculdade. Escolhi a forma de Ensaio, pois buscava a mesma fluidez na linguagem que usamos, quando tentamos extrair o conhecimento que se incorporou em nossa personalidade, na maneira de ver e sentir o mundo, de nos expressar, mesmo que constanja um pouco os rigores do academicismo.

Toda a base de conhecimento que utilizo, não somente a marxiana, pois como dizia Marx, conhecimento não pertence a ninguém, mas à sociedade de onde ele é possível ser construído, tem como finalidade discutir temas contemporâneos como: o salário-mínimo que está na Constituição do Brasil, por que não acontece na prática? Por que o salário-mínimo é ,mínimo no Brasil? Por que a classe média perde valor? Qual a diferença entre Salário e Distribuição de Renda, dentro de uma visão de Cidadania? O fetiche do Dinheiro e seu desenvolvimento histórico. Por que só enxergamos sob o Capitalismo a exploração do trabalhador através do salário e não onde acontece de fato? A diferença entre Produto e Serviço. Aliás, esse é um conceito que extraí do chamado Livro 4, de O Capital, publicado com o título Teorias da Mais-Valia, que na verdade, são as anotações que Marx fazia sobre as obras que criticava, sem a preocupação lingüística, sendo apenas para consulta e utilização posterior em sua obra.

Vitória, Nov/2006.

CAPÍTULO 1

O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Quando pergunto aos alunos o que nos diferencia dos animais, invariavelmente, respondem: o Raciocínio. O curioso é que depois reclamam quando os convido a raciocinar.

Sem dúvida, o raciocínio é uma característica peculiar de nossa espécie, principalmente o raciocínio complexo.

Mas, há outra característica peculiar que não encontramos desenvolvida em mais nenhuma espécie: o Trabalho.

Podemos afirmar que Raciocínio e Trabalho, ou seja, a capacidade de transformar a natureza com um plano antecipado, vislumbrando o objetivo que se quer atingir, caminham juntos.

O raciocínio se desenvolveu com o desenvolvimento do trabalho, influenciando-o ao mesmo tempo. Alguns afirmam mais radicalmente que o *Homo sapiens* é produto do desenvolvimento do trabalho.

Independente do ponto de partida é por meio do desenvolvimento do trabalho que buscaremos compreender alguns fenômenos contemporâneos.

Não precisaremos retornar aos primórdios, quando nossos ancestrais começaram a transformar a natureza usando objetos rudimentares como ferramenta. Podemos enxergar essa utilização em nossos primos macacos, os chimpanzés, que aprendem a usar essas ferramentas rudimentares quando escolhem galhos de determinada espessura, tamanho e flexibilidade e os introduzem no formigueiro para produzir seus "espetinhos" de formiga ou quando também aprendem a quebrar nozes usando uma pedra côncava, procurada entre tantas disponíveis, na qual apóiam a noz e, com outra pedra adequada, a quebram.

Ficou provado que nem todos os grupos de chimpanzés usam dessas ferramentas, logo, isso é um aprendizado cultural, independente dos instintos. Claro que aqueles que utilizam de tais expedientes, podem ter acesso a mais proteína, o que significa melhor fecundidade e domínio sobre outros grupos. Portanto, os que têm mais facilidade de aprendizagem, acabam por fazer prevalecer seus genes nas próximas gerações.

As ferramentas mais rudimentares do *Homo sapiens* encontradas, como pedras lascadas ou ossos de animais, datam, para arredondarmos, de 100 mil anos. Muito pouco tempo, se considerarmos que o universo tem aproximadamente 15 bilhões de anos, nosso planeta 4,5 bilhões e as formas de vida mais elementares 3,5 bilhões, segundo o conhecimento da ciência atual.

Por meio dessa forma rudimentar que o *Homo sapiens* transformava a natureza, ainda em sua execução simples, entende-se que a sobrevivência era baseada mais nos instintos do que na capacidade de raciocínio ou trabalho. Basicamente, assim como outros primatas, éramos caçadores e coletores.

Abrindo parênteses: cientistas comprovaram que nossos primos chimpanzés também caçam outros macacos, agindo em grupo, no qual cada membro tem uma função. Não usam nenhuma ferramenta de caça ainda, a não ser as mãos. Inclusive, fazem patrulhas e matam outros chimpanzés que invadem seu território. A imagem da Chita do Tarzan e do chimpanzé de circo foi por água abaixo.

O *Homo sapiens* percorreu um longo período de aprendizagem e domínio da natureza até se fixar em locais mais ou menos permanentes, em função da agricultura.

Os vestígios mais antigos dessa cultura datam de 14 mil anos. Mas não precisamos retomar a um tempo tão distante para entendermos um pouco de nossa realidade atual.

Precisamos "apenas" de 500 anos de história do trabalho para nos basearmos. Escolhi esse recorte por dois motivos: começa a acontecer uma mudança fundamental no processo de trabalho, que transformou tão profundamente a sociedade humana, tornando-a hoje tão complexa, com uma capacidade de trabalho infinitamente superior a qualquer outra época da História Humana. E 500 anos tem relação direta com a história do Brasil, pelo menos a história dos vencedores.

Não podemos nos esquecer de que por aqui já existia muita história anterior. Niede Guidon¹, na Serra da Capivara, no Piauí, defende que encontrou vestígios de povos primitivos datados de 60 mil anos, além dos indígenas que colonizaram nosso território há 10 mil anos.

Apesar da dizimação quase completa dos povos primitivos, ainda encontram-se grupos isolados, vivendo sua cultura como há milhares de anos. Os ianomâmis, apesar de muitos grupos já terem sido contatados, são caçadores e coletores, portanto, nômades, dependendo totalmente da floresta para sobreviver. Ficaremos, no entanto, com a história dos grupos vencedores, dessa espécie animal que também domina e mata os da mesma espécie.

A transformação do Trabalho

Para entendermos o capitalismo atual, vamos analisar as condições de produção na Europa do século XVI e as transformações que ocorreram no trabalho humano, o qual levou as formas de produção a se transformarem profundamente. Analisaremos as transformações em linhas gerais, naquilo que foi essencial. Mas, antes, vamos estabelecer alguns conceitos fundamentais.

Em qualquer época histórica, desde os primórdios até os dias atuais, para que ocorra trabalho, ou seja, a ação consciente humana sobre a natureza, com um objetivo específico, há a necessidade sempre de se combinar meios de produção: matéria-prima, o objeto que se vai transformar; ferramentas, que auxiliam na ação adequada sobre o objeto, materiais acessórios, um local, por exemplo, para manusear os objetos, bem como protegê-los e, fundamentalmente, a capacidade de trabalho ou força de trabalho, que é o conhecimento humano aplicado na prática, de forma consciente.

Essa capacidade de trabalho é física e mental (intelectual), estruturada na personalidade do indivíduo. Portanto, depende do indivíduo estar vivo, mas, principalmente, vivo culturalmente, ou seja, essa capacidade é aprendida em sociedade, assim como o filhote de chimpanzé aprende com sua mãe a quebrar nozes, depois de muita tentativa frustrada, copiando os movimentos dela. Se nascer em um grupo que não "aprendeu" a usar as ferramentas adequadas, não terá essa habilidade, apesar de ter a capacidade de usá-las, intrínseca à sua estrutura física e mental.

Se voltássemos 500 anos, que tipo de força de trabalho encontraríamos na Europa?

A base da produção era a agricultura, o que conhecemos por Feudalismo, no qual o principal meio de produção, a terra, pertencia a uma classe, os senhores feudais (em verdade, as terras pertenciam à Igreja Católica em sua maioria, sendo "arrendadas" aos senhores feudais para que a explorassem e dessem proteção militar). De outro lado, a força de trabalho era fornecida pelo camponês, que tinha uma relação de vassalagem com o dono das terras, já que em troca de um pedaço de chão para produzir, fornecia

¹ No livro impresso escrevi Nélida Piñon, que na verdade é escritora. São nomes muito próximos e com certeza o "ato falho" aconteceu pela escritora ser mais conhecida e estar no meu inconsciente.

por um período, seu trabalho ao senhor feudal. Era denominado Servo de Gleba, pois ficava vinculado ao senhor feudal sem poder deixar suas terras, porque o vínculo era permanente. A servidão surgiu com o final da escravidão, após a queda do Império Romano no século V. Essa nova forma de produção marcou o que conhecemos como Idade Média.

Portanto, independente das relações sociais formais, tínhamos um trabalhador camponês que conhecia a agricultura e tudo o que gira em torno dessa forma de produção, bem como produzia os próprios meios de produção, como ferramentas e outros acessórios. Podemos dizer que era um trabalhador que conhecia o processo de produção como um todo, relativo aos produtos originados da agricultura.

Tínhamos também um outro tipo de trabalhador, este urbano, poderíamos dizer: o artesão. Vivendo nas cidades, nos chamados burgos, o artesão era dono dos meios de produção, conseqüentemente, do produto, resultado do seu trabalho. Era considerado, portanto, um trabalhador "livre", o que não acontecia com o Servo de Gleba, já que o principal meio de produção, a terra, não lhe pertencia.

O artesão conhecia a produção de um produto por inteiro, do início ao final. Atuava com sua capacidade de trabalho total, física e intelectual. Trabalhava em sua oficina, com no máximo dois aprendizes, o que era previsto em lei.

Desta forma, era dono do resultado do seu trabalho, mas não podia apropriar-se do resultado do trabalho de outros, o que estava restrito à classe dominante.

O artesão deveria pertencer a uma Corporação de Ofícios, à qual estava atrelada sua produção e comercialização, garantindo assim uma espécie de reserva de mercado, não sofrendo concorrência externa. Essa condição era garantida pelo sistema monárquico absolutista, que além do arrendamento aos camponeses, cobravam impostos dos artesãos, garantindo-lhes, em contrapartida, o mercado e a proteção do Estado².

Até o início do século XVI, independente das relações sociais de produção, ou seja, a quem pertencesse os meios de produção ou parte destes, e analisando apenas do ponto de vista da força de trabalho empregada, podemos dizer que o trabalhador atuava com suas ferramentas de forma manual e conhecia o processo de produção como um todo, tendo estruturado em sua personalidade o conhecimento que se aplica na prática. De forma abrangente, sua capacidade de trabalho aplicada no processo de trabalho era física e mental (ou intelectual).

Se olharmos, porém, essa condição do ponto de vista social, qualquer avanço na produtividade do trabalho, dependeria do desenvolvimento do próprio indivíduo, do trabalhador. Esse era um obstáculo para o avanço das forças produtivas da sociedade como um todo.

Desde os primórdios do desenvolvimento do trabalho, essa condição natural, intrínseca à nossa espécie, de transformar a natureza, veio se desenvolvendo por meio da divisão social do trabalho. Inicialmente, baseada em condições naturais, como idade e sexo. Depois, com a fixação do homem por meio da agricultura e a possibilidade de comércio com outras comunidades, criou-se uma forma de especialização do trabalho, já que determinados produtos passavam a prevalecer naquela comunidade, sendo produzidos exclusivamente para a troca. Assim, os ofícios também se especializavam.

² Quando se tem o trabalhador livre, dono dos meios de produção e, conseqüentemente do resultado de seu trabalho, tem-se um Estado despótico, para arrancar do trabalhador o trabalho excedente. Quando esse trabalho excedente já é extraído do trabalhador no próprio processo de produção e o resultado do trabalho não lhe pertence, pode-se ter Democracia. Foi o caso do capitalismo. Este é um assunto ao qual voltaremos quando tratarmos da mais-valia, no capítulo 4.

Mas a base da produção, que era o trabalhador manual atuando sobre o objeto com suas ferramentas, tinha se mantido até o início do século XVI.

Mas o que de tão importante se modifica a partir desse momento?

Em linhas gerais, o impulso à mudança começa com a condição em que a Europa comercializava seus produtos. Estabeleci 500 anos, pois têm ligação com nossa história oficial e as grandes navegações, que eram, em verdade, a ampliação do comércio com o Oriente, que passa a ser dominado diretamente pelos europeus.

Até a metade do século XV, o comércio com o Oriente se dava por terra. Constantinopla (atual Istambul) era um importante entreposto comercial no Mediterrâneo e foi tomada pelos Turcos Otomanos em 1452. Dessa forma, interrompeu-se o comércio com a Europa, levando os comerciantes, diretamente ou por meio dos governos, a financiar rotas marítimas, circundando a África ou mesmo fazendo novas rotas, como a que Colombo tentou em 1492, patrocinado pela Coroa espanhola.

Os portugueses, em função de sua posição geográfica privilegiada e do conhecimento da navegação marítima, já dominavam as rotas do comércio com a costa norte africana. Tornaram-se, assim, os principais executores desse comércio, principalmente com a Índia³, grande fornecedora de mercadorias, baseada sua produção também no trabalho artesanal e do camponês.

Com a ampliação do comércio na Europa, surge uma nova classe de comerciantes que passam a concorrer com os produtos produzidos pelo modelo feudal e pelos artesãos nos burgos. As Corporações de Ofícios passam a sofrer concorrência externa. Para facilitar nossa análise do que foi essencial nesse processo de mudança, focaremos apenas as transformações que ocorreram com o artesão, apesar de o camponês ter também papel importante nas transformações que se seguiram.

Os comerciantes, essa nova classe emergente, eram chamados de capitalistas, pois detinham o dinheiro, o capital⁴.

Em consequência das mudanças no comércio, os artesãos, sofrendo a concorrência dos capitalistas, começam a perder os meios de produzir seu próprio produto. Quando se produz e não se vende, não se consegue restabelecer o ciclo produtivo. Começa-se a perder os meios de produção e a condição de produzir. O que resta para se vender então?

A mercadoria que resta ao artesão vender é sua força de trabalho, a capacidade física e mental de atuar sobre um objeto, com um objetivo pré-concebido. Mas vender a quem? A quem possuía os meios para adquirir a força de trabalho. Assim, o capitalista começa a contratar essa força de trabalho, agora disponível no mercado.

Surge, assim, a Manufatura, sob uma nova base de relações sociais capitalistas, ou seja, de um lado, o possuidor do capital, dos meios de produção, e do outro, o possuidor apenas da força de trabalho, vendendo-a como mercadoria. Nunca antes na

³ Com a circunavegação da África, optou-se por adotar a corrente marítima conhecida como "volta do mar", que para ser seguida, era necessário vir bem próximo à costa brasileira. Essa corrente impedia que os navios caíssem nas calmarias da costa ocidental sul da África, no Golfo de Guiné, que poderia aumentar muito o tempo do trajeto. Por ser aquela costa inóspita, com área desértica, muitos tripulantes morriam de fome e sede. Assim, já se conhecia que havia terras por aqui. Vasco da Gama anotou em seu diário que haviam avistado aves voando em sentido do poente, o que caracterizaria "terra próxima". Para maiores detalhes, ver os livros de Eduardo Bueno, que contam as aventuras de nosso descobrimento e a mentirinha de que Pedro Alvarez Cabral "descobriu" o Brasil.

⁴ É importante frisar que uma das mercadorias que mais concorreu para a chamada "acumulação primitiva de capital", que impulsionava o capitalismo emergente na Europa, foi a mercadoria "Escravo Negro da África", pagos muitas vezes com o próprio ouro extraído por Portugal à África.

história da humanidade havia acontecido essa relação, que como veremos a seguir, abre as possibilidades para as grandes transformações na base produtiva da sociedade.

A Manufatura surge de duas formas básicas: formada a partir de ofícios iguais, ou seja, artesãos colocados em uma mesma oficina, realizando trabalhos idênticos, como por exemplo, uma manufatura de sapatos. E manufaturas surgidas de ofícios diferentes, onde as partes de um produto devem ser ajustadas em uma montagem. Por exemplo, a manufatura de carruagens.

Quando juntamos vários trabalhadores num mesmo local, surge a possibilidade de se utilizar uma força social disponível e que só em momentos especiais era utilizada pela sociedade até então: a Cooperação (em O Capital, antes dos dois capítulos históricos, "Divisão do Trabalho e Manufatura" e "Maquinaria e Indústria Moderna", Marx dedica um capítulo à Cooperação, como nova força social que impulsiona o capitalismo e que não custa nada ao capital).

Inicialmente, os artesãos de mesmo ofício continuavam a produzir da mesma forma artesanal fazendo, por exemplo, individualmente, o sapato do começo ao final. A diferença é que agora o resultado de seu trabalho pertencia ao dono dos meios de produção, que pagava a esse trabalhador um salário por uma jornada de trabalho específica.

Surge, então, sob o comando do capitalista, a possibilidade de se utilizar da Cooperação de forma permanente, por meio da divisão do trabalho dentro da oficina.

De imediato, é fácil notarmos as conseqüências que isso acarreta para a produtividade do trabalho: uma maior produção em números de unidades num mesmo espaço de tempo, o que significa em outras palavras, barateamento dos produtos. Assim, como a destruição do artesanato pelo comércio liberava força de trabalho ao mercado, fazendo surgir uma nova forma de produção social, o desenvolvimento da Manufatura continuava a concorrer com o artesanato e a destruí-lo ainda mais, fortalecendo mais e mais essa nova forma de produção. Podemos dizer que a destruição do artesanato medieval fornecia os alicerces para edificar a nova ordem social.

Óbvio que tudo isso não aconteceu sem conflito, que começou de forma latente, sem uma percepção evidente e depois se manifesta, quase sempre de forma violenta. Daí surgirem os personagens históricos, os relatos, as análises políticas, econômicas, filosóficas, que se tornaram a base de sustentação do movimento que ficou conhecido por Iluminismo. A nós, interessa aqui a essência dessa transformação, que teve como ponto de partida a divisão do trabalho dentro da oficina.

O aumento da produtividade social em função da divisão do trabalho dentro da oficina significou, por outro lado, uma **atrofia** da força de trabalho do artesão. Se esse conhecia o processo produtivo como um todo e fazia o sapato do começo ao final, ele detinha o conhecimento aplicado na prática. Com a divisão do trabalho, passa a fazer apenas uma parte do processo. Não precisava mais um longo período de aprendizagem para executar tarefas simples.

Um mestre artesão para ser formado demorava em média sete anos. Esse era o sistema educacional na época, garantido por lei.

Na Manufatura, os trabalhadores parciais, já atrofiados, queriam que a lei dos ofícios permanecesse e fosse aplicada para seus filhos. Ao Capital interessava revogar essa lei, pois considerava inútil investir em formação para um ofício, que não seria aproveitado economicamente. Será que atualmente, não estamos vivendo o mesmo fenômeno em relação à educação? (Trataremos o assunto no Capítulo 5, sobre a classe média no Brasil).

Agora, submetido à divisão do trabalho na oficina, quanto tempo um trabalhador precisava para "produzir" uma força de trabalho simplificada? Com a Manufatura, a força de trabalho inábil para o artesanato foi incorporada ao processo produtivo, ampliando o mercado de trabalho e barateando-a ainda mais. A perda de valor da força de trabalho (trataremos dessa questão no capítulo 3 sobre Salário) foi uma das conseqüências da divisão do trabalho.

Podemos afirmar também que, com a divisão do trabalho na oficina manufatureira, aconteceu uma mudança histórica importantíssima: separou-se o trabalho manual do trabalho intelectual.

Aquele trabalhador, que possuía estruturada em sua personalidade a capacidade física e mental de atingir um objetivo, conhecendo o processo de trabalho como um todo, transforma-se em um trabalhador manual parcial, que agora conhece apenas uma pequena parte, perdendo a noção do todo. Após algumas gerações, ele já não existe mais como trabalhador a não ser realizando trabalhos parciais, especializados. Seu corpo e seus movimentos se ajustam a determinadas tarefas, vinculando-o para sempre àquela função.

Por outro lado, se olharmos do ponto de vista da produtividade social do trabalho, a separação do trabalho manual do trabalho intelectual, permitiu o desenvolvimento da Ciência separada do próprio indivíduo. O que limitava o desenvolvimento da Ciência, foi superado com a atrofia do trabalhador e, agora, poderia caminhar de forma independente e de acordo com os interesses do Capital.

Rompem-se assim os limites históricos naturais, estabelecidos até então, para o desenvolvimento da produtividade do trabalho, dependente do trabalhador individual.

O desenvolvimento da manufatura

A manufatura desenvolve-se de duas maneiras: como manufatura "orgânica" e como manufatura "heterogênea".

A manufatura orgânica surge por meio da divisão do trabalho de ofícios iguais, como o exemplo do sapato. Cada trabalhador parcial reduz sua função a uma parte do processo de produção, antes executado por apenas um trabalhador artesão. Assim, essa manufatura transforma-se num Organismo de Trabalho, tendo nos trabalhadores parciais os seus órgãos de trabalho. Nele, cada trabalhador só funcionava combinado com outros trabalhadores parciais. Isoladamente, o trabalhador já não tem nenhuma função.

Nasce assim uma nova figura social: o Trabalhador Coletivo, que é a combinação de vários trabalhadores parciais, organizados para atingir um objetivo específico.

A manufatura heterogênea, por outro lado, surge com a combinação de ofícios diferentes, como o exemplo da carruagem. Essa manufatura poderia se dissolver facilmente, pois havia uma pressão dos trabalhadores para continuarem a exercer suas funções isoladamente, fornecendo os componentes para a montagem dos produtos. Isso acontecia com a manufatura de relógios na Suíça, por exemplo.

Mas, com a especialização do trabalho nas manufaturas isso era mais difícil de acontecer, pois o ofício acabava se especializando para determinado fim. Por exemplo, o ofício de estofador. Podem-se realizar artesanalmente vários tipos de estofamentos diferentes. Mas, quando esse artesão passa a trabalhar apenas para uma manufatura de carruagens, com o tempo, torna-se uma especialidade sua função e já não saberá mais realizar outro trabalho a não ser o de estofador de carruagens. Se este trabalho puder ser subdividido, essa atividade pode dar lugar a uma manufatura específica.

A manufatura heterogênea, de certa maneira, tem uma unidade técnica para se atingir o resultado final, mas não como a orgânica, pois para se fazer uma carruagem, pode-se produzir rodas, independente da produção do estofado e assim por diante. Na manufatura orgânica, cada etapa realizada por um trabalhador é matéria-prima para o próximo. Se faltar um trabalhador na equipe, o processo interrompe-se e não se chega ao final.

Também na manufatura orgânica, para haver aumento de produção, é preciso montar uma equipe completa de trabalhadores parciais, para que se possa iniciar o processo. Com isso, é preciso fornecer matéria-prima suficiente, ampliar o local, mais ferramentas etc. Essa era uma das razões da dificuldade de se expandir a produção com a manufatura. Não havia a possibilidade de se introduzir força de trabalho isoladamente.

Grosso modo, o período manufatureiro vai do início do século XVI a meados do século XVIII na Europa, quando começam a se tornar "visíveis" as novas transformações que ocorriam no modo de produção capitalista.

A manufatura havia revolucionado o modo de produção feudal, destruindo o artesanato e se utilizando da força de trabalho do artesão para edificar um novo modelo, baseado na divisão do trabalho dentro da oficina. De qualquer maneira, a manufatura ainda dependia do trabalhador e de sua força de trabalho manual para operar uma ferramenta. Este era agora o novo limite que impedia o desenvolvimento das forças produtivas sociais.

O trabalhador manual atrofiou-se, especializou-se, mas também especializou a ferramenta.

Para uma função específica, era necessária uma ferramenta específica. Assim, surgiram também as manufaturas especializadas em ferramentas para a própria manufatura. Um artesão por outro lado, por realizar o processo como um todo, deveria ter destreza média em todas as etapas, podendo adaptar as ferramentas para várias funções. Inclusive, as ferramentas de um artesão podiam vir acopladas a um só cabo, uma espécie de canivete suíço.

Marx sugeriu ser necessário um estudo do desenvolvimento histórico das ferramentas humanas, assim como Darwin estudou o desenvolvimento de órgãos especializados nos animais, através da adaptação por seleção natural. Darwin dizia que uma faca para cortar qualquer coisa pode ter qualquer forma. Por outro lado um animal extremamente adaptado a uma função, se as condições ambientais mudam, será certamente extinto. É o caso dos Pandas Gigantes da China, que comem apenas um tipo de bambu. Toda sua estrutura física está adaptada a essa função.

Um trabalhador da manufatura também adaptava seu corpo e sua mente a uma função específica, sendo pouco útil em outra função. Veremos, mais adiante, como essa questão pode estar afetando os trabalhadores intelectuais modernos que agora estão tendo substituídas suas funções cerebrais, também adaptadas ao trabalho, por máquinas.

A Indústria Moderna

Por falar em máquinas, essas surgem a partir da especialização das ferramentas na manufatura. Um princípio básico da divisão do trabalho na oficina era reduzir o movimento à sua forma mais simples. Essa função simplificada era aprendida de forma empírica, podendo ser rapidamente adaptada ao processo de produção⁵.

⁵ Não foi outra coisa que propôs Taylor, já no final do século XIX nos EUA. Não sei qual o motivo de ele ser chamado Pai da Administração Moderna, já que baseia sua teoria na Manufatura, um modelo superado há muito na Europa de então. Por outro lado, Fayol só poderia tratar de gestão administrativa e não do processo produtivo baseado em trabalhador manual, já que este havia desaparecido com a indústria

Toda vez que o homem reduziu uma ação a uma potência simples, como bater, levantar, furar, pôde colocar no lugar um mecanismo de trabalho. O moinho de água é um exemplo milenar. As alavancas e os guinchos sempre foram utilizados, mas nem por isso revolucionaram o processo produtivo.

Que condições existiam na manufatura que permitiu revolucionar a produção mais uma vez na metade do século XVIII?

Com a especialização da ferramenta e a conseqüente especialização do trabalho na manufatura, surge a possibilidade de desenvolver mecanismos de trabalho que assumissem a função de manusear a ferramenta, no lugar do trabalhador manual.

Em uma manufatura de agulhas, onde cada trabalhador manual parcial realizava uma das 92 operações parciais para se chegar ao produto final, por exemplo, de corte, outro de dobra, perfuração, lixamento etc., pôde-se criar mecanismos que realizavam cada uma das 92 tarefas simplificadas.

Esse mecanismo, que vai assumir a função humana de manusear a ferramenta, chama-se Máquina-Ferramenta. Agora, além da atrofia que sofreu o trabalhador manual da manufatura, realizando trabalhos parciais, transfere a um mecanismo sua capacidade de trabalho. Aquilo que estava estruturado em sua personalidade, transfere-se a um objeto inanimado.

Rompem-se agora os limites mecânicos da capacidade humana manual de trabalho. A Ciência, enfim, pôde se desenvolver de forma consciente, tornando-se independente do trabalhador.

Sendo inanimado, o mecanismo de trabalho, a máquina-ferramenta, precisa "ganhar vida", mover-se. Precisa de força motriz - um motor que lhe forneça a energia para "viver". Mas a força motriz precisa ser controlada e levada adequadamente ao mecanismo de trabalho, por meio de um sistema de transmissão.

Portanto, quando falamos em máquina, na verdade, essa é constituída de três partes: máquina-ferramenta ou mecanismo de trabalho, que assume a função humana manual de manusear uma ferramenta; o motor, que gera força motriz; e a transmissão, que leva a energia de forma adequada ao mecanismo de trabalho.

O trabalhador manual, de agente parcial com sua ferramenta sobre o objeto de trabalho, passa então a tomar conta da máquina e a servir muitas vezes de motor, emprestando sua energia ao mecanismo inanimado de trabalho. Agora, empresta também sua alma a um objeto que precisa "viver" (apesar do exagero, Marx sempre salientou em seus textos que o problema não está nos meios de produção em si, sendo necessário seu desenvolvimento para que as forças sociais de produção também se desenvolvam. O problema está em sua aplicação, visto que uma classe se utiliza dos meios de produção sociais para extrair trabalho excedente de outra classe. Portanto, não adianta ser contra a tecnologia e descer o pau, literalmente, nas máquinas, como faziam os trabalhadores do século XVIII, quando perdiam seus empregos ou atualmente, quando o MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra, invade um laboratório de pesquisa genética de uma indústria de celulose e quebra tudo).

moderna na Europa. Taylor ficou famoso pelo fato de que seus princípios de controle dos movimentos, do tempo, da produtividade por peça, terem sido usados por Ford, na produção de automóveis, que apesar de serem um produto da indústria moderna, necessitavam de vários ajustes de montagem, como na manufatura heterogênea, exigindo grande quantidade de força de trabalho manual. Mas, muitos autores, ainda hoje, citam que o modelo Taylorista-fordista prevaleceu no século XX, desconhecendo o desenvolvimento da indústria moderna e o sistema de máquinas.

Inicialmente, as máquinas só poderiam ser produzidas pelo próprio sistema manufatureiro, ou seja, pelos trabalhadores manuais ou artesãos com habilidade inventiva. Muitos gênios surgiram para dar conta dessas novas tarefas. Obviamente, os materiais utilizados eram os que poderiam ser manuseados pelo trabalhador manual e suas ferramentas. As primeiras máquinas só poderiam ser construídas de madeira.

Os primeiros motores eram: o próprio homem, esse ser imperfeito e limitado, os animais, também imperfeitos e limitados e as forças naturais, como a água e o vento, também limitados. As primeiras máquinas-ferramentas foram sendo introduzidas na própria manufatura, onde assumiam paulatinamente as funções dos trabalhadores parciais.

Uma máquina-ferramenta só tem sentido econômico se for criada para realizar a tarefa de vários trabalhadores ao mesmo tempo e não apenas a de um. Também o motor e a transmissão, que criam uma unidade técnica com as máquinas-ferramenta, movimentam várias delas ao mesmo tempo.

Assim, como a manufatura surgiu de duas formas, com a combinação de ofícios diferentes ou ofícios iguais, a indústria moderna baseada na maquinaria surge também de duas formas: a combinação de máquinas da mesma espécie, como por exemplo, uma indústria com vários teares mecânicos, cada qual produzindo o produto do começo ao final, mas que mantém uma unidade, pois estão sendo movimentados pelo mesmo motor e sistema de transmissão. Outra forma, com máquinas-ferramenta diferentes, que mantém uma unidade técnica entre si, como a manufatura orgânica, que era formada por vários trabalhadores parciais, mas que só funcionavam combinados entre si.

Muitas dessas indústrias surgiram da adaptação da manufatura orgânica ao sistema de máquinas. Uma agulha que exigia 92 operações parciais de 92 trabalhadores parciais, conforme exemplificado, anteriormente, passa a ser feita por um sistema de máquinas-ferramenta interligadas por unidade técnica, numa velocidade muito superior à manufatura.

Na indústria moderna, o empirismo utilizado na manufatura, que adaptava as funções dos trabalhadores baseado pela experiência, dá lugar ao domínio da ciência e sua aplicação consciente: desenvolve-se a mecânica, para dar conta do domínio dos novos movimentos e formas adequadas para manusear as ferramentas e a química, para as transformações dos materiais de trabalho. Surgem os gênios para darem conta dessa tarefa. Portanto, mesmo os gênios, de certa forma, são produtos das transformações sociais⁶.

Os primeiros motores, utilizando-se das forças naturais como a água, dispersaram as manufaturas pelo interior, pois, se buscava aqueles recursos onde estivessem disponíveis. Dispersando as manufaturas, dispersava-se também a força de trabalho. Mesmo tendo significado um avanço no desenvolvimento da máquina-ferramenta, que é o mecanismo que realmente revoluciona o modo de produção baseado na manufatura, esses recursos naturais eram um limitador para o desenvolvimento da própria maquinaria.

Era necessário desenvolver um motor que pudesse gerar sua própria força motriz, sem depender dos limites da natureza. Surge então o motor aperfeiçoado de Watt, a máquina-a-vapor, na metade do século XVIII. Por ser controlável e podendo ser levado para qualquer local, se torna um motor flexível. Assim, as indústrias se fixam próximas às fontes disponíveis do combustível que vai gerar a força motriz: as minas de

⁶ Não é por acaso que Isaac Newton, o pai da "Ciência Moderna", surge no século XVII na Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido até então,

carvão. Desta forma, as indústrias antes dispersas pelo interior se aglomeram num mesmo local, aglomerando também a força de trabalho.

Surgem as cidades industriais modernas. Por isso, diz-se que a máquina-a-vapor é a "mãe das cidades industriais".

Vale salientar que, quando se fala em Revolução Industrial, aponta-se a máquina-a-vapor como sua precursora. Esta condição foi apenas evidente, pois com o surgimento das cidades industriais, começa-se a "enxergar" o novo modo de produção baseado na maquinaria, atribuindo-se à máquina-a-vapor a façanha de tê-lo revolucionado. O que devemos notar é que o que revoluciona a manufatura, o modo de produção baseado no trabalhador manual é a máquina-ferramenta, que assume a capacidade humana de trabalho. Esta que tem a capacidade de transformar o objeto de trabalho com um fim específico.

Essa revolução, já era latente, pois acontecia silenciosamente dentro da manufatura que se encontrava em locais isolados. Quando surgem as cidades, a partir do impulso que a máquina-a-vapor propicia à produção em geral, a "Revolução industrial" torna-se manifesta, explícita.

Com a concentração de capital e de trabalhadores e o aumento da produção, os conflitos surgem, crescem e também se concentram nas cidades, manifestando-se como nova etapa das lutas políticas e sociais. A classe moderna dominante de capitalistas derruba a antiga ordem baseada nas monarquias absolutistas. As relações capitalistas de produção exigem uma nova ordem política e social. Os trabalhadores se organizam contra o capital.

Com a máquina-a-vapor, a indústria moderna se consolida sobre a manufatura, pois agora era possível produzir máquinas com outras máquinas, utilizando-se materiais mais resistentes, como o ferro, aumentando o tamanho das máquinas-ferramenta e dos motores. A indústria moderna agora se edifica sobre sua própria base técnica: a maquinaria.

Traçando um paralelo com os dias atuais, onde estariam os motores das máquinas-ferramenta?

Estão onde se gera força motriz: nas hidrelétricas, termelétricas, usinas nucleares, eólicas. Os motores, que antes ficavam dentro das fábricas e eram adquiridos pelos capitalistas, agora se tornam um produto de toda a sociedade. O capitalista só adquire a quantidade de energia necessária, não precisando imobilizar capital. A lucratividade aumenta.

E quanto à transmissão?

Antes a força motriz era conduzida através de roldanas, cabos, polias, que ocupavam grandes espaços nas indústrias. Hoje, diminuíram de tamanho, pois a energia é transmitida por meio de cabos elétricos, ocupando pouco espaço dentro das indústrias. Charlie Chaplin, hoje, teria que adaptar a cena do filme "Tempos Modernos", quando desliza por um sistema de transmissão gigantesco de uma fábrica.

Portanto, interessa ao capitalista que a máquina-ferramenta ou o mecanismo de trabalho fique sob seu poder, porque este detém a capacidade de trabalho que atua sobre o objeto que se quer transformar. As outras partes da máquina não precisam estar sob seu poder (a não ser em indústrias onde a energia é fundamental, como as indústrias de alumínio, que constroem suas próprias hidrelétricas, barateando o custo, vendendo o excedente).

Para a indústria moderna baseada na maquinaria se desenvolver era necessário desenvolver também os meios de comunicação para atender um mercado em constante expansão.

A locomotiva, por exemplo, surgiu com a adaptação da máquina-a-vapor para puxar carroças. As primeiras locomotivas inventadas tinham patas como as do cavalo. Só depois, com o domínio da mecânica, viu-se que a melhor forma seriam rodas também para a locomotiva, como as da carroça, mas colocadas sobre trilhos. Apesar de hoje parecer estranho, o homem sempre parte das bases que conhece. Os primeiros automóveis surgiram com a adaptação do motor à combustão às carruagens.

Quando hoje se pergunta onde estão os motores das máquinas-ferramenta, alguns os confundem com os motores de veículos, que servem ao processo produtivo como meio de transporte, ou com o motor de geladeira, que na verdade é um motor para refrigeração. Já ouvi também alguns dizerem que o motor das máquinas é o cérebro ...

Bom, pode ser, já que se conseguiu entortar até colher de metal com a força do pensamento ...

CAPITULO 2

DESENVOLVIMENTO DO DINHEIRO

Para podermos tratar mais a frente sobre Salário, trataremos antes sobre Dinheiro. Não abordarei os aspectos monetários, a que tanto nos acostumamos a ouvir nos dias de hoje. Tratarei dos aspectos de seu desenvolvimento histórico.

Sem dúvida, o Dinheiro ocupa no imaginário, desde a nossa tenra idade, um lugar de destaque. Mas tentarei desmistificar um pouco esse fascínio.

Para iniciarmos a abordagem, vamos lançar o olhar, primeiro, no mundo das trocas, em sua forma mais simples. Sempre se é possível entender os fenômenos mais complexos, partindo-se de seu desenvolvimento histórico de origem.

O processo de troca em sua forma simples, assume uma relação direta: de um lado, temos um possuidor de mercadoria e do outro, também um possuidor de mercadoria. Para que a troca aconteça, é preciso existir algumas condições: antes de assumir a condição de mercadoria, o produto deve ter um valor-de-uso, ou seja, ter utilidade social. Mas essa utilidade não pode servir para o próprio consumo de quem a produziu, pois senão não seria mercadoria. O produto deve ser produzido com a intenção exclusiva de troca. Assim, um produto só se torna uma mercadoria quando tem utilidade para outro, diferente de seu produtor.

Na troca simples, as necessidades devem se cruzar entre os possuidores das mercadorias. Caso possua feijão e precise de milho, devo encontrar alguém que possua o milho que desejo e ao mesmo tempo, precise do feijão que tenho, pois, do contrário, a troca não acontece. Posso até encontrar alguém que tenha o milho, mas se não precisar de feijão, nada feito. Voltaremos a essa questão mais a frente.

Mas, há outra questão importante na troca: como são estabelecidas as quantidades que serão trocadas, em se tratando de produtos com valores-de-uso, utilidades diferentes?

As especulações sempre giram em torno das necessidades, do peso, dos costumes, da esperteza, da oferta, da demanda, enfim.

Se pensarmos que existem possuidores de mercadorias dos dois lados da troca, então os direitos devem ser iguais. Possuidor contra possuidor gera uma relação social de igualdade. Uma mercadoria na troca estabelece uma igualdade com a outra, não no aspecto da utilidade, pois ninguém trocaria um produto que já tem. Uma mercadoria tem que se confrontar com a outra mercadoria em termos de valor e expressar esse valor em determinada quantidade. Por exemplo: xkg de feijão "vale" ykg de milho. Pode ser utilizada qualquer outra medida. Na zona rural brasileira usam a medida litro, por exemplo.

Mas aí vem a pergunta: o que estabelece o Valor das mercadorias? Pensamos geralmente em custos. Mas como se chega aos custos? Não saímos do círculo interminável das subjetividades.

Portanto, deve haver algum elemento que seja característico a todas as mercadorias existentes, concreto, que as possam igualar sempre que se confrontam na troca.

Quando iniciamos o primeiro capítulo, abordamos um elemento que nos diferencia dos outros animais: além do Raciocínio, o Trabalho, como ação consciente sobre a natureza. Essa ação materializa-se em objetos úteis socialmente. Portanto, através do Trabalho, o Valor das mercadorias pode se expressar.

Mas qual seria a medida do Trabalho Humano? O tempo. Tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir determinada mercadoria que pode ser expresso

de várias maneiras, como horas, dias semanas, meses, anos. Falei em tempo de trabalho socialmente necessário, pois um produto produzido por um trabalhador menos hábil, que demora mais tempo para realizar determinada tarefa, não significa que teria mais valor que o produzido por outro com mais habilidade. O que vale é a produtividade média social.

Se imaginarmos as trocas diretas na sua forma mais simples, eram feitas em sociedades e economias também simples. Quem produzia e trocava sabia o “quanto custava” de trabalho para produzir determinada mercadoria, mesmo que não soubesse conscientemente disso. Ainda hoje, na roça, como dizemos por aqui, os produtores, por conhecerem os processos de produção, sabem como as coisas são feitas. Sabem estabelecer as medidas de trocas diretas.

O produtor de feijão, de nosso exemplo anterior, saberia estabelecer a proporção de troca com o produtor de milho e este da mesma forma. Criam-se turbulências no processo de troca, como relação de igualdade, se alguém sair perdendo. E possuidor de mercadoria nenhum quer sair perdendo.

Vejamos então: vamos estabelecer como exemplo, que o milho demora o dobro de tempo de trabalho⁷ para ser produzido do que o feijão e os produtores sabem disso.

Se a relação de tempo fosse de dois para um, em que produzir milho demorasse o dobro de tempo, ou de trabalho, do que o feijão, o valor poderia ser expresso na troca direta da seguinte forma: 1kg de feijão “vale” ou é “igual a” 0,5kg de milho ou, na medida da roça, 2litros de feijão “valem” 1litro de milho.

Da mesma forma, o valor do milho se expressaria no feijão e em tantas outras mercadorias que poderiam se confrontar com ele no processo de troca. Por exemplo: 1kg de milho “vale” 2kg de feijão, 3kg de arroz, 5 dúzias de ovos...

Nas sociedades mais primitivas a evolução da produtividade do trabalho era muito lenta e as quantidades de cada mercadoria para a troca se cristalizavam ao longo do tempo.

Uma questão importante é que como as relações econômicas se dão por meio das mercadorias e, apesar de o tempo de trabalho ser a medida de valor, esse só se expressa socialmente através do valor-de-troca⁸ das mercadorias, parecendo que estas possuem valor em si. É o chamado “fetiche” das mercadorias.

Hoje, para nós, essa medida, o tempo de trabalho como definidor de valor, soa ainda mais estranho, pois há muito, como vimos no capítulo 1, o processo de produção é desconhecido até pelo trabalhador. Se perguntar para uma criança urbana de onde vem o leite, provavelmente dirá: -“da caixinha no supermercado”.

O surgimento do Dinheiro

O dinheiro surgiu como relação social para resolver um problema enfrentado no processo de troca direta. Como afirmamos anteriormente, a troca direta serve para sociedades pouco desenvolvidas. Quando a economia se amplia, o comércio tende a se expandir, executando-se mais operações de troca.

⁷ Usamos essa terminologia de tempo de trabalho diretamente para simplificar. Entram na composição do valor de qualquer mercadoria, além das matérias-primas, os produtos com trabalho já materializado, pretérito, que servem de meios de produção, como ferramentas, prédios, etc., e no desgaste apenas transferem parcela de seu valor a cada produto unitário. As empresas contabilizam esse desgaste como “Depreciação” – ver capítulo 6 – Produto e Serviço. De qualquer maneira, nas economias mais simples, a quantidade de meios de produção utilizados eram mínimos.

⁸ Expressão do valor de uma mercadoria, na quantidade de outra.

Vamos imaginar um problema que surgiria na troca simples. Eu tenho feijão e preciso de milho. Para conseguir efetuar a troca, teria que encontrar alguém que tenha o milho e que ao mesmo tempo precise do feijão. As necessidades precisam se cruzar de forma direta. O processo se torna lento⁹. Para resolver isso, surgiu uma mercadoria que possa ser aceita por todos: uma "**mercadoria universal**".

Assim, só preciso agora encontrar uma pessoa que precise do meu feijão. Troco com a mercadoria universal que ele possui e encontro o possuidor de milho, que também vai aceitar essa mercadoria universal que está agora em meu poder.

Antes a troca acontecia de forma direta M - M. Agora surge uma mercadoria que assume o papel de intermediário da troca, o Dinheiro, tornando-a mais ágil- M - D - M.

A troca, com a intermediação dessa mercadoria universal, o Dinheiro, deve continuar sendo regida pelo mesmo princípio de igualdade da troca direta. E como se estabelece o Valor dessa mercadoria universal? Da mesma forma que qualquer outra mercadoria: pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

É importante salientar que essa mercadoria para ser Dinheiro tem que ter determinadas características. Vamos imaginar o seguinte: um boi, em determinada sociedade, poderia ser uma mercadoria universal, aceita por todos. Para produzir um boi adulto demorava-se um ano. O boi possuía em média 500kg. Se fosse trocar por milho, que demorava seis meses para produzir, a proporção seria 2 para 1. Então, para comprar milho com boi, que é nosso dinheiro, poderia se obter até 1000kg de milho. Mas preciso bem menos milho do que isso. Aí temos um problema. Para ser Dinheiro, a mercadoria não pode intermediar apenas uma troca e desaparecer. Tem que continuar circulando. Se eu retalhar o meu dinheiro, no caso o boi, ele morre, coitado, e meu dinheiro vai literalmente para o buraco. Os pedaços de carne que retalhei apodrecem na circulação. "Literalmente se transformaria em moeda podre, um mico-boi."

Então boi não serve como mercadoria universal. Serviria apenas para trocas no valor exato, sem que para isso fosse necessário esquartejá-lo para se obter valores menores.

Mas qual mercadoria serviria então?

Uma mercadoria que tivesse um valor-de-uso, ou seja, uma utilidade para ser Dinheiro. Por exemplo, deveria ter características físico-químicas de homogeneidade e flexibilidade, podendo assim ser separada em pequenas partes e agrupada novamente em partes maiores, sem perder as características. O nosso boizinho, se decepado em uma perna para se fazer a feira, não poderia ser juntado novamente em seu conjunto. Para ser dinheiro, tem também que ter durabilidade, pois vai passar de mão em mão ou de produtor em produtor. O boi iria perder peso e valor.

Para ser dinheiro, a mercadoria tem também que ser difícil de falsear suas propriedades. Enfim, uma mercadoria para ser dinheiro, deve ter utilidade como tal, ou no caso em questão, como o estamos tratando, ser útil como meio de troca.

Além dessas características, para ser dinheiro, precisa ter uma coisa muito importante, que os economistas clássicos chamam de escassez. Em nosso conceito de valor, tem que ser uma mercadoria que concentra em uma pequena quantidade um grande valor ou, em outras palavras, uma grande quantidade de trabalho. Do contrário, se a produção dessa mercadoria exigisse pouco trabalho, seu valor seria expresso em grandes quantidades, o que dificultaria seu transporte e manuseio.

⁹ Lembro ainda no tempo do Collor, quando ele reteve nosso dinheiro e paralisou a economia, apareceu uma reportagem na TV, mostrando que uma concessionária de carros conseguiu fazer negócio aceitando uma carga de caminhão completa, com sacos de 6ükg de arroz. f: de se perguntar: será que o fabricante aceitou da concessionária essa carga de arroz como pagamento pela substituição do modelo vendido?

Uma mercadoria clássica que se tornou Dinheiro nas sociedades mais antigas foi o Sal (inclusive a palavra Salário deriva dessa função - tem origem no latim: *salarium argentum* - "pagamento em sal" aos soldados romanos¹⁰). Mas não o sal que conhecemos hoje, que é extraído do mar, por evaporação natural e exige pouco trabalho para grandes quantidades. O Sal era extraído de rochas ou por processos agrícolas e tinha que ter as características físico-químicas para ser dinheiro, além de ser de difícil extração, ou seja, concentrar grande quantidade de trabalho em pequenas quantidades, ter durabilidade etc.

Há alguns anos, assisti em um documentário da National Geographic à produção de dinheiro numa comunidade da África, ainda vivendo em economia tribal.

O Sal era o dinheiro, sendo extraído de um tipo de cana que só produz em determinado tipo de solo, com alta salinidade. Vamos imaginar o "trabalho" que exige produzir essa mercadoria-dinheiro.

Tem que se ter o solo adequado. Prepará-lo. Plantar uma determinada quantidade de cana. Cuidar durante o período de crescimento. Vamos imaginar 1 ano e 4 meses. Depois colher essa cana. É necessário ter os meios de produzir esse dinheiro, ou seja, os meios de produção, as ferramentas, os materiais acessórios, etc. Moer. Extrair o caldo, que vai passar por um processo de evaporação, que é feito, pelo que me recordo, por meio da fervura da garapa, um processo ininterrupto de um mês. Isso representa lenha para fogo durante um mês, dia e noite.

Extrai-se, ao final desse processo todo, uma barra de sal, que mais parece uma rocha escura, de mais ou menos 40cm, com uma altura de não mais que 10cm. Meu Deus, quanto trabalho, hein?

Lembro que para se obter uma esposa, a quem o rapaz que produzia o sal estava buscando, "custava" três barras dessas. O negócio era fechado com a mãe, que após "vender" a filha, enrolava seu dinheiro em panos e guardava embaixo do colchão. Agora, como eles fazem para "valorar" a mulher? Seria como qualquer outra mercadoria, o tempo de trabalho para "produzi-la" até a idade de casar, por volta dos 15 anos?

De qualquer maneira, se cada barra demora, para o artesão do dinheiro (vamos chamá-lo assim), um ano e meio cada e, pelos meios que tem, só consegue produzir uma barra por vez, para conseguir a noiva, o felizarado vai ter que dedicar quatro anos e meio de sua vida. Não sei também se a mãe aceitaria devolução em caso de defeito na mercadoria. Talvez aí tenha surgido a idéia do Procon.

Bem, se imaginarmos que o Sal cumpriu bem a função de dinheiro, por suas características ou utilidade em determinado período da história, quanto mais as economias se desenvolviam, mais as trocas se aceleravam e o sal poderia não ser tão resistente assim para cumprir seu papel de dinheiro ou mesmo novas técnicas de exploração terem diminuído seu valor. E mercadoria se deteriorando e se desgastando na troca é dinheiro perdido.

Assim, deveria surgir uma outra mercadoria que pudesse dar conta da tarefa. E quais produtos poderiam ter as características físico-químicas de flexibilidade, durabilidade e de grande quantidade de trabalho em pequenas porções? Que tal os metais?

Por ser mercadoria universal há muito tempo, se encontramos hoje uma barra de ouro na rua, não enxergaremos o metal em si, mas todas as mercadorias que podem expressar seu valor através dele. Enxergaremos carro, casa, viagens, uma noiva talvez?

¹⁰ <http://pr.wikipedia.org/wiki/Sal%C3%A1rio>

Por outro lado, se por obra do destino, viajando de avião, este cai no meio da selva amazônica e sobra somente você (iria acrescentar a mulher mais bonita do avião, mas as alunas consideram isso machista demais). Começa a procurar desesperadamente nos destroços, alimentos, água e meios de sobreviver. Encontra, também sem querer, uma mala cheia de ouro, "recursos não-contabilizados" de algum político que viajava no avião, mas que certamente não "sabia de nada".

- "Estou rico, que sorte a minha!"

Em seguida, também por sorte, apesar de ter ficado sem a mulher mais bonita do avião, é salvo por uma tribo indígena que nunca teve contato com o Juruna ou nenhum homem branco. Eles não entenderão em hipótese nenhuma, porque devem carregar aquela mala pesada, sem utilidade alguma.

É importante notarmos que, quando "olhamos" ouro e enxergamos qualquer outra mercadoria, nosso olhar é conduzido pelas relações sociais que conhecemos. Metal só é Dinheiro através das relações sociais. O Ouro não tem nenhum valor em si como dinheiro a não ser por permitir acontecerem trocas de mercadorias entre proprietários.

Uma das grandes desgraças dos povos pré-colombianos da América Espanhola, como por exemplo, os Incas e os Aztécas, foi dominarem a técnica de produzir valores-de-uso com ouro e prata. Os espanhóis chegaram por aqui e enxergaram não produtos de utilidade cotidiana ou religiosa desses povos, mas dinheiro, ali, prontinho para ser usado. Era só derreter, transformar em barras e usar na Europa. Foi uma matança fantástica.

Já os portugueses, não tiveram a mesma "sorte" e encontraram civilizações que não dominavam a técnica da mineração e tinham poucas mercadorias que interessavam. O interesse pelo Novo Mundo, inicialmente, com sua divisão através do tratado de Tordesilhas, era as minas de prata do Potosi, hoje Bolívia (por isso Evo Morales reclama que seu povo sempre foi espoliado pelos estrangeiros). Os portugueses tentaram o acesso pelo Rio da Prata, no extremo sul do Brasil. Daí o interesse de Portugal e Espanha em Colonizar essa região¹¹.

Estamos falando apenas em ouro e prata, que ocupam os primeiros lugares na hierarquia dos metais. Do ponto de vista da teoria do valor, que estamos utilizando em nossa análise, o ouro ocupa o primeiro lugar por conter mais trabalho, ou maior valor, na mesma quantidade de prata. Um quilo de ouro é igual a um quilo de prata, se a barra for usada de contrapeso; mas tem maior valor por conter mais trabalho na mesma quantidade. Porém, enxergamos apenas que o ouro tem mais valor por ser ouro. É uma tautologia, ou se preferirmos, o fetiche que as mercadorias têm, por acharmos que têm valor em si. Esquecemos, na maioria das vezes, que são produtos de relações sociais, construídas historicamente, com homens e mulheres reais.

Mas, se por algum motivo fosse encontrada uma montanha de ouro, que exigisse menos trabalho para produzir a mesma quantidade do metal, a prata poderia assumir o primeiro lugar e as pessoas venderiam seu ouro para comprar prata, antes que perdesse mais valor, o que expandiria a oferta no mercado, pressionando o preço abaixo do valor.

Falamos pela primeira vez agora em preço e valor. Há alguma diferença? Vejamos mais um pouco da história do desenvolvimento do dinheiro.

Quando os metais assumiram o papel de dinheiro, uma determinada quantidade desse expressava seu valor nas outras mercadorias e essas nos metais: 10g de ouro "vale" 1 calça ou 2 blusas ou 1 cavalo e assim por diante, ou 1 blusa "vale" 10g de ouro,

¹¹ Ver bibliografia de Eduardo Bueno.

etc. Até hoje, próximo aos garimpos, o valor das coisas é medido em grama de ouro. Inclusive o lazer.

Mas vamos imaginar o seguinte: uma região é dominada por um senhor, que detém o poder sobre aquela sociedade. Os metais começam a ser elaborados melhor do que em sua forma bruta. São lapidados e trabalhados, de forma esférica, cônica, ou outra forma que se queira. Aliás, os metais têm essas características, essa utilidade de dinheiro, de poderem ser moldados e remoldados.

Aí, como senhor da região, começo a colocar minha esfinge na moeda, e do outro lado, coloco um nome homenageando meus parentes ou a mim mesmo. As moedas de ouro de maior peso, por exemplo, 10g, coloco o nome de minha mulher, Maria. Portanto, aquele dinheiro que contém o valor de 10g de ouro passa a se chamar 1 Maria. Nas moedas de 5g coloco meu próprio nome: 1 Burke. As de prata ficam para os irmãos e as de bronze, de pouco valor, para os cunhados, cunhadas e sogra.

Assim, o dinheiro começa a ganhar um "nome", ou uma "expressão nominal de valor". Esse nome definiria agora o preço das mercadorias. Já não preciso dizer que um cavalo "custa" 20g de ouro, mas 4Burkes, ou 2Marias, ou 10Matildes, minha sogra.

Dai surge uma coisa muitíssimo interessante. Como o preço é apenas "expressão nominal de valor", pode ir se distanciando do valor real da mercadoria universal, ou da própria quantidade de ouro. 10g de ouro continuam sendo 10g de ouro em qualquer lugar. Seu valor muda se mudar a quantidade de trabalho necessário para extraí-lo. Mas se aquela moeda ganha um nome, que passa a ser referência de valor para troca e aceito por aquela sociedade, posso expressar esse valor numa moeda que não tem mais a mesma quantidade de trabalho real materializado.

Que tal pegar um metal menos nobre, banhar de ouro, botar minha esfinge e escrever do outro lado - 1 Burke? Por decreto, passo a garantir que aquela moeda, "vale" 1 Burke e as pessoas aceitam em suas trocas como dinheiro, como mercadoria universal, apesar de já não ter em si mesma, o valor real que expressa. Mas, para o processo de troca, o que importa é a mercadoria conseguir expressar seu valor-de-troca e realizar sua vocação, trocando-se por outra. A nossa moeda "forjada" de 1 Burke, com menos valor, se torna compulsória em determinada região, garantida pelo Estado burkeniano.

Mas se dinheiro se transforma apenas em "expressão nominal de valor", que tal eu começar a expressar esse valor em metais cada vez com menos valor, para que possa "produzir" dinheiro mais intensamente para as necessidades do Estado burkeniano?

Como frisamos anteriormente, dinheiro como intermediário de troca, só expressa o valor das mercadorias reais. Não tem valor em si. Caso comece a produzir dinheiro sem ter a produção de mercadorias correspondentes, vou gerar aumento dos preços (que por ser "nominal" é também flexível: o preço pode expressar o valor exato, estar abaixo ou acima deste), pois começo a ter procura sem a oferta correspondente. É a expressão que os economistas adoram utilizar para explicar a variação dos preços: a lei da oferta e da procura.

Aí o homem inventou a prensa. Há lugar melhor e mais barato para expressar valor que em papel (1 burke com minha esfinge, agora mais trabalhada, colorida)? Em relação aos metais, o papel tem um valor ínfimo em si para ser produzido. O dinheiro cumpre assim, sem trocadilho, seu papel histórico de ir se distanciando cada vez mais de seu valor real, como mercadoria universal.

Os monetaristas diriam que para emitir papel-moeda, teria que ter a relação correspondente em ouro. Mas com as sociedades capitalistas modernas e seus ciclos de prosperidade e estagnação e as crises que se sucederam até o conflito da 2ª Grande Guerra, tendo os Estados Unidos como vencedor hegemônico, o dólar americano

transforma-se no dinheiro universal. O Presidente Nixon, em 1972, decreta o fim do padrão-ouro como lastro para emissão de papel-moeda. Não haveria mais ouro no mundo que sustentasse o valor da expansão capitalista moderna, que tem seu comércio em nível mundial. O papel-moeda do país que domina a economia capitalista assume a função de mercadoria universal. Que poder!

Com as crises financeiras que se sucederam como a provocada pelo aumento do petróleo no início dos anos 70, e as hiperinflações nos países dependentes, reapareceu a verdadeira mercadoria universal, na qual as pessoas procuravam um abrigo seguro: nosso velho e bom ouro. Pelo simples fato de conter valor, trabalho humano materializado.

Atualmente, as coisas andam mudando pelo mundo, com outras "moedas" fazendo frente ao dólar. Mas esse é um assunto para os monetaristas.

Falamos até aqui do Dinheiro como meio de troca e sua expressão de valor materializada em metais ou papel, mas que só acontece em pequena monta. Há também o Dinheiro como meio de pagamento. Para as grandes transações, havia a garantia de papéis bancários, ou mesmo nosso conhecido cheque, que nada mais é do que uma promessa de pagamento. "Olha, pega esse papel aqui, que garanto que o Dinheiro está lá te aguardando". Meus filhos, quando eu dizia que não tinha dinheiro para tal coisa, falavam: "dá cheque"! Eles sabem das coisas.

O dinheiro em nossa era moderna vai assumindo a forma eletrônica, tornando-se virtual, mais distante ainda da materialidade do trabalho humano. Apresento um cartão magnético (futuramente um chip instalado sob minha pele) ou faço uma operação pela internet, que "transfere" uma quantia de minha conta bancária para o credor, instantaneamente. O sistema bancário faz a conciliação dos valores entre os bancos. Este dinheiro "virtual" serve tanto como meio de troca, como também meio de pagamento.

Por falar em sistema bancário, os governos atuais têm o maior interesse que todas as transações se tornem bancárias e eletrônicas, para rastreamento do mundo das transações financeiras e cobrarem mais impostos, além da alegação de rastreamento do crime organizado, que muitas vezes ...

O maior escândalo dos últimos tempos no Brasil é a tal CPMF (Contribuição Provisória-Permanente sobre Movimentação Financeira). De provisória para arrecadar dinheiro para a Saúde¹² sempre falida, tornou-se permanente e, o que é pior, aumentou-se a alíquota de 0,25% para 0,38%. Ficar transacionando dinheiro eletrônico, de uma conta à outra, mesmo sem haver uma troca ou um pagamento sequer, o dinheiro, mesmo assim, é taxado. Bi-Tri-Tetra-Penta-Hexa tributação do mesmo rico dinheirinho. Por isso, cheque hoje em dia vira dinheiro como meio de troca e não como meio de pagamento, pois cada um que recebe o cheque tenta passá-lo adiante nas relações de troca sem depositá-lo, para não pagar a tal CPMF. Para o emissor do cheque, talvez seja um alento, pois ganha mais uns diazinhos de prazo quando aparecer o dinheiro "verdadeiro".

E por falar em prazo, o capitalismo não teria se desenvolvido com tanta rapidez e amplitude se não houvesse o sistema financeiro, disponibilizando crédito, ou capital-dinheiro, que é a sua parte na exploração da mais-valia social (a ser explicada mais à frente), na forma de juros.

¹² O ministro à época, Adib Jatene, emprestou sua credibilidade, talvez ingenuamente, para a aprovação desse projeto.

Dólar na cueca e reais na mala

Como frisamos anteriormente, o dinheiro como meio de troca, em especial papel-moeda, é "expressado" apenas em pequenos valores, no nosso caso, no máximo 100 reais, apesar de ser uma nota cada vez mais rara de se achar. Já pensou como ficaria fácil carregar na cueca uma grande quantia em reais, se tivéssemos notas de 10.000? Os "recursos não contabilizados" poderiam circular em menos cuecas e em malas bem menores. Inclusive, a escolha de levar dólar na cueca e reais na mala, seguiu a lógica monetária: consegue-se, por meio do mesmo volume de papel, em dólar, um valor maior do que em reais. Portanto, dólar vai para a cueca e os reais para a mala. É mais uma humilhação que nos é imposta pelo Imperialismo norte-americano: queremos também ter nosso dinheiro viajando em cuecas, que é sinal de status, de economia forte.

CAPÍTULO 3

SALÁRIO

Salário é o "preço" da força de trabalho.

Como vimos anteriormente, preço é "expressão nominal de valor" e, como tal, pode ser igual, estar abaixo ou acima do valor. Estabeleceremos, em nossa análise, que Salário é o preço da força de trabalho, coincidindo com seu valor, o que para nosso objetivo, não prejudica a análise.

Como vimos no primeiro capítulo, as relações capitalistas iniciaram-se com o fim do modo de produção baseado na força de trabalho do artesão e do camponês, surgindo uma nova relação social, na qual, de um lado, tínhamos o trabalhador apenas como possuidor da força de trabalho e, do outro, o capitalista, possuidor dos meios de produção. A força de trabalho transforma-se assim em mercadoria, ou seja, deve ser produzida para troca, como qualquer outra mercadoria, com valor-de-uso ou utilidade para outro.

Com o desenvolvimento da manufatura e a divisão do trabalho na oficina, de nada adiantaria a sociedade produzir, durante sete anos, um mestre artesão, se a força de trabalho utilizada no processo produtivo era parcial e só tinha utilidade se relacionando de forma coletiva, com outros trabalhadores parciais.

Com a força de trabalho tornando-se parcial, o trabalhador se atrofia, necessitando de pouco desenvolvimento, conseqüentemente, diminuindo seu valor. O salário, como preço, expressão de valor, também diminui.

Quanto mais simples a força de trabalho, menos tempo se gasta para produzi-la e menor o seu valor. Quanto mais complexa a força de trabalho, maior o seu valor.

Uma coisa importante de frisar é que, com a força de trabalho se tornando mercadoria nas relações capitalistas de troca, confronta-se dos dois lados, possuidores de mercadorias, ou seja, direito contra direito. A troca reflete, portanto, uma igualdade, valor contra valor. Proprietário contra proprietário.

Porém, a força de trabalho é uma mercadoria tão especial para o capital que requer um tratamento específico nas relações de troca, surgindo um Direito exclusivo. Quando este não é suficiente, entram métodos um pouco mais, digamos, persuasivos (Marx dizia que quando os direitos são iguais e os interesses contrários, resolve-se pela força).

Como mercadoria, a força de trabalho deve ter utilidade para o capital e não para o trabalhador em si. Somente se relacionando com os meios de produção, de posse do outro, a força de trabalho consegue manifestar seu valor-de-uso, sua utilidade. Assim, para que haja troca, o capitalista paga (veremos no capítulo sobre mais-valia que não é bem assim), na forma Salário, o valor daquela força de trabalho específica, única. É por este motivo, que quanto mais simples a força de trabalho e menor o seu valor, mais impulso dá para que mulheres e crianças também tenham que vender suas forças de trabalho.

. Do ponto de vista econômico, com o surgimento do capitalismo no século XVI, a família deixou de ser uma célula econômica. O artesão, dono do produto, do resultado de seu trabalho, com o valor produzido por ele, reproduzia a si mesmo e toda sua família. O camponês, da mesma forma.

A mulher socialmente valorizada à época, e isso ainda no Brasil rural ou no Brasil de nossas avós, era aquela capaz de produzir valores-de-uso para a família, contribuindo economicamente de forma direta com a reprodução da força de trabalho. Como esses produtos eram feitos de forma artesanal a mulher deveria desenvolver essas

habilidades. Muitas trabalhavam também diretamente na agricultura ou exercendo trabalhos considerados masculinos.

É interessante no caso dos indígenas, tendo como a base da alimentação a mandioca, o homem trabalha até a fase do plantio e cuidado com a roça. Na colheita, eles já consideram "biju", que é trabalho de mulher. As índias arrancam à raiz e vão com aqueles fardos enormes na cabeça, enquanto os homens ficam só olhando. Nas sociedades primitivas, a divisão do trabalho se dá por condições naturais como sexo e idade. Quebrar essas regras é modificar a cultura, mesmo que para nós "civilizados" pareça estranho um homem ficar olhando uma mulher carregar peso.

Já a mulher moderna, socialmente valorizada, é aquela capaz de desenvolver força de trabalho em condições de troca com o capital, não precisando de habilidade para desenvolver valores-de-uso familiar. E de quebra ainda nos obrigam a lavar a louça.

Portanto, família, do ponto de vista econômico, não tem mais sentido. Permanece unida se houver também laços afetivos fortes. A mulher economicamente independente transformou os homens em seres absolutamente inseguros. Nós as dominamos economicamente durante séculos e agora elas querem mudar tudo em poucas gerações. Os psicanalistas agradecem.

Essa situação é ainda muito mais complicada para homens camponeses que migraram da zona rural para a cidade, trazendo a cultura do campo. Na cidade, conseguem, quando conseguem, apenas o valor para reproduzir sua força de trabalho, tendo que trabalhar mulher e filhos. Não possuem mais os meios de produzir valores-de-uso familiar. Culturalmente, o homem era o provedor da casa. Economicamente, agora, mal provê sua própria existência. A desagregação da família pode ocorrer rapidamente.

Por falar em filhos, são forças de trabalho em potencial e serão as peças de reposição das forças de trabalho desgastadas. Quanto mais simples a força de trabalho do adulto, menos condições têm de assistir seus descendentes. Em países pobres, como o Brasil, as políticas públicas compensatórias procuram manter essa população viva. Porém, a possibilidade de se inserirem no processo produtivo cada vez mais desenvolvido, baseado em maquinaria, é mínima.

Outra questão polêmica, tratada pelo senso comum: por que quanto mais pobre, mais filhos se têm?

A procriação permanece como uma condição natural de nossa espécie. Ainda bem. Portanto... Para se ter acesso a métodos contraceptivos é necessário ter acesso a recursos, inclusive informação. A situação de miséria entre a nossa espécie não é uma condição natural. Entre os animais, em épocas de escassez de alimentos, a fecundidade diminui apesar de a fertilidade continuar a mesma. Não havendo recursos para os filhotes, os pais é que permanecem vivos, para esperar outro ciclo reprodutivo. Parece cruel, mas é uma condição natural de sobrevivência dos genes.

Entre os humanos, através do trabalho, fomos subvertendo as condições naturais de sobrevivência. Inclusive, durante um longo período de domínio da agricultura, mais descendentes significavam mais braços. O poder da Igreja Católica foi construído sob as bases da servidão na Idade Média, dominando o principal meio de produção que era a terra, incentivando a procriação como forma de ampliar a produção e os ganhos econômicos. Permaneceu em nossa cultura religiosa que a procriação é um desígnio de Deus.

Temos que olhar a questão do ponto de vista social: agora, ainda mais sob o capitalismo, cada trabalhador tem que reproduzir a si mesmo, se relacionando com

meios de produção em poder de outra classe. Só desta forma é possível se "reproduzir". Do contrário, se vive à margem, com as sobras e as conseqüências que isso tem.

Existem as políticas compensatórias de Estado, mantendo programas de assistência a essa população que não consegue reproduzir sua força de trabalho, tendo se mostrado, em verdade, uma grande oportunidade para as forças políticas capitalistas manterem o *status quo*, apesar de que alguns se travestiram inicialmente de revolucionários. Nem mais reformadores conseguem ser.

Salário Direto e Indireto

Quando falamos no início do capítulo que Salário é o preço da força de trabalho, essa pode "expressar" o seu valor na forma de Dinheiro ou outra forma, através de produtos e serviços.

Salário Direto é aquele disponibilizado pelo capitalista, compondo sua estrutura de custos. Portanto, pode estar na forma Dinheiro ou como produto e serviço disponível ao trabalhador, por exemplo, um plano de saúde, considerando-se o valor pago pela empresa.

Salário indireto é disponibilizado através dos produtos e serviços que compõem a produção da força de trabalho, como moradia, alimentação, vestuário, saúde, educação, transporte etc. e que são repassados através do Estado, seja Municipal, Estadual ou Federal. Portanto, custeado pela arrecadação de impostos de toda a sociedade.

O que confunde, às vezes, é que alguns desses recursos que compõem o valor da força de trabalho são repassados através das empresas, parecendo salário direto. São na verdade repasses públicos, descontados do imposto a pagar das empresas.

Se olharmos, por outro lado, o valor da força de trabalho apenas por meio dos produtos e serviços necessários para sua reprodução, deixando o dinheiro de lado, não importa a fonte. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor desses produtos e serviços em sua totalidade.

Para o capitalista, seu foco é o lucro, portanto, salário em dinheiro, benefícios e os encargos sociais são lançados como despesas, compondo assim os custos com pessoal, o "preço" da força de trabalho.

Para o trabalhador, seu foco é o salário direto, esquecendo-se do salário indireto que recebe através da própria empresa ou do Estado.

No Brasil há um agravante para que não se perceba o Salário Indireto. Como os recursos públicos que compõem os bens-salário são de baixa qualidade ou são explorados por empresas privadas, como o caso da saúde e educação, os trabalhadores têm que pagar esses produtos e serviços com o salário direto. Assim, comprometem a reprodução de sua força de trabalho, ficando o preço dela abaixo de seu valor. As empresas acabam por ter uma força de trabalho de menor valor, apesar de pagar encargos sociais elevados.

Distribuição de Renda

Na verdade, o Salário ou valor da força de trabalho poderia aumentar sem a empresa precisar desembolsar um centavo a mais: com acesso a bens sociais que compõem o valor da força de trabalho de melhor qualidade, não seria preciso pagar por eles com o salário direto. Por exemplo, se houver escolas públicas de boa qualidade, mesmo recebendo o mesmo salário em dinheiro do capitalista, vou poder adquirir mais produtos e serviços. Se o transporte público for de boa qualidade, economizo com carro

e combustível. O valor de minha força de trabalho aumenta. Caso tenha saúde pública de boa qualidade, não preciso consumir meu salário direto, o que aumenta o valor de minha força de trabalho. O capitalista, a empresa, ao final, terá uma força de trabalho mais desenvolvida, desembolsando o mesmo capital em salário direto. Seu lucro aumenta.

Isso é efetivamente distribuição de renda. É por isso que nos países desenvolvidos a população tem consciência dos bens públicos como condição social importante. Chamamos isso de Cidadania. Como cidadãos, vão às ruas quando os governos tentam cortar esses benefícios. Como nossa consciência de cidadania é baixa...

A lógica perversa do capital é que quanto mais se desenvolve, mais absorve, proporcionalmente, Capital Constante ou trabalho já materializado, pretérito, morto e cada vez menos Capital Variável ou trabalho vivo. Essa é uma contradição que o modo de produção capitalista desenvolve historicamente, reduzindo suas taxas de lucro, impulsionando-o pela concorrência a investir em mais produtividade, mais tecnologia. Apesar de as taxas tenderem a cair, o lucro global absoluto cresce, porque há um aumento do volume de produtos e serviços produzidos e a incorporação permanente de novos mercados ao sistema capitalista como um todo.

Portanto, olhando do ponto de vista da força de trabalho, cada vez mais, relativamente, as pessoas são excluídas do processo produtivo, sendo substituídas por máquinas (inclusive a classe média, o que tratarei em capítulo específico).

Essa substituição de força de trabalho por máquinas leva o Estado, pela lógica do salário indireto no capitalismo, que é também a lógica dos neoliberais, a repassar apenas recursos aos que estão funcionando como força de trabalho ativa. Do contrário, torna-se um peso para o Estado e para o sistema com um todo reproduzir força de trabalho que não será utilizada no processo produtivo. E para o capitalista, Dinheiro que não possa ser lançado constantemente no processo produtivo e tornar-se capital é desperdício.

Como, dissemos anteriormente, a democracia sob o capitalismo existe, porque uma classe extrai mais-valia de outra diretamente no processo de produção. Podemos assim distender as relações fora da fábrica e ter liberdade social. Mas, e os excluídos, como ficam? Os recursos arrecadados pelo Estado acabam estendidos a todos os cidadãos, pois influenciam nos sufrágios universais, mesmo que sua força de trabalho esteja temporariamente inativa: "mantenham-na como Exército Industrial de Reserva".

O interessante é que a China, por ser Socialista, é a economia que mais cresce no mundo e virou uma espécie de paraíso do Capital. Não há democracia na forma Ocidental: há um Estado centralizador e, principalmente por isso, salário indireto desenvolvido. Assim, o capital desembolsa muito pouco com salário direto na China. Por isso, é tão barato ao capital produzir por lá.

O Estado Socialista, que ironia, dá condições ao Capital de explorar uma força de trabalho com bom grau de desenvolvimento pelos investimentos feitos nos bens-salário como moradia, transporte, saúde, educação, alimentação etc. Apesar de o salário direto, pago pelo capitalista, ser menor que no Brasil, por exemplo, tem-se uma força de trabalho chinesa com maior valor.

Marx considerava necessário o modo capitalista de produção como etapa de desenvolvimento das forças produtivas, transformando a produção isolada em produção social. Assim, o Estado poderia direcionar os bens produzidos por toda a sociedade para a classe produtiva, melhorando o valor de sua força de trabalho, com mais acesso a bens. Diminuindo o tempo que trabalha para uma outra classe, sobriaria ao trabalhador tempo livre e com as condições sociais disponíveis, "ser o que se quiser", como dizia,

desenvolvendo todo o potencial humano individual. Alguns ainda acusam Marx de ser contra o indivíduo e querer transformar todos os seres humanos em iguais.

A China socializou "na marra" os meios de produção e criou um Estado despótico para arrancar da classe trabalhadora um valor excedente e planificar sua distribuição entre a maior parte da população que, aliás, permanece na zona rural. De 1,2 bilhão de habitantes (meu deus!), 800 milhões vivem ainda da economia agrícola.

Ironicamente, os produtos industrializados chineses, já que seu mercado interno é pequeno¹³ para suas necessidades, concorre no mercado mundial de mercadorias, desenvolvido pelo próprio capitalismo e ganha assim mais impulso para as transformações internas, com forte crescimento, o que por outro lado demanda produtos produzidos nos países capitalistas, compensando de certa forma o que "rouba" de mercado destes. Até o Brasil de Lula admitiu a China como uma economia de "mercado".

Mas para haver relações capitalistas é necessário que pessoas personifiquem essas relações como capitalistas. Dizem que essas já existem na China. Até quando vão permanecer à margem do poder?

Salário-mínimo no Brasil

Quero iniciar deixando duas perguntas para tentarmos responder a seguir:

Por que o salário-mínimo que está na Constituição é tão difícil de acontecer na prática?

Por que o salário-mínimo no Brasil é mínimo?

A primeira pergunta é muito fácil de responder pelo senso comum, ao qual os economistas recorrem diariamente: quebraria a Previdência, geraria inflação, quebraria as prefeituras etc.

O salário-mínimo foi criado no Brasil pelo Governo de Getúlio Vargas. Foi instituído em 01 de maio de 1940, dia do Trabalho, e implantado em julho, "valendo" 240.000 réis. Isso é uma expressão "nominal" de valor, em dinheiro da época. Para saber quanto "vale" hoje, teríamos que saber o que se comprava com 240.000 réis à época, apesar de ser apenas o salário-base, pois não era unificado como hoje, mas por Estado da Federação.

Portanto, esse "valor" do salário-mínimo em dinheiro da época nada nos diz. Eu até hoje sei quanto ganhava quando ainda era menor de idade e recebia dois salários-mínimos. Eu transformava tudo em cerveja (não que bebesse tudo, só como referência): dava para comprar 380 garrafas de cerveja na época - 1976. Viu, é só calcular, em dinheiro atual, o meu poder de compra à época.

Atualmente, o salário-mínimo está em 350 reais. Aliás, o mesmo nome do dinheiro de 1940. Desde então nosso dinheiro passou por vários nomes, expressões diferentes: Real, Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzeiro novamente, Cruzados, URV (horrrível, apenas um mês!) e Real.

Alguns economistas pegam o salário-mínimo da época e vêm corrigindo pela inflação para saber quanto deveria ser em dinheiro atual. Fica uma comparação meio distorcida, pois teria que comparar os produtos que entravam na composição da produção da força de trabalho mais simples na época, com os produtos de hoje. Não podemos esquecer que o valor dos produtos ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-los, diminui com o aumento da produtividade. Essa inclusive é a forma de se aumentar a mais-valia relativa, o que trataremos no capítulo 4.

¹³ Agora em 2010, quando faço a revisão do texto para colocá-lo no blog, a China já se tornou a segunda economia mundial. Quando publiquei o livro em 2006 a China era a 5ª economia mundial.

Vamos ver o que diz a Constituição Federal do Brasil sobre o salário-mínimo atualmente:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim¹⁴;

O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) entidade mantida pelos sindicatos de trabalhadores, tem em seu escopo de atividades a realização de pesquisas sobre o valor do salário-mínimo em relação à Constituição.

O DIEESE parte justamente do enunciado acima, art. 7º, Parágrafo IV, para estabelecer um "valor" do salário-mínimo em dinheiro corrente. Assim, atualmente, chegam à conclusão que o salário-mínimo, arredondando, deveria estar em torno de R\$1.500,00 para fazer valer o texto Constitucional. O interessante é que esse valor suscita as discussões mais acaloradas, pois o salário-mínimo é só de R\$350,00. Deveria ser então 328% a mais?

Aí vêm as análises monetárias todas, das razões dessa disparidade.

Qualquer pessoa de bom senso sabe que se elevar o salário-mínimo a esse valor da Constituição, os preços de todas as outras mercadorias subiriam imediatamente, voltando o poder de compra do salário-mínimo à condição anterior, já que compraria as mesmas coisas que comprava com R\$350,00, o que compra agora com R\$1.500,00.

Talvez comprasse até menos, pois tem uma peculiaridade com essa mercadoria especial, a força de trabalho. Primeiro a entregamos para depois recebermos. No Brasil, em média, botamos a mão no dinheiro com trinta dias. As outras mercadorias têm seus preços aumentados imediatamente. Quando pegamos nosso dinheiro, as mercadorias todas já subiram. Quem viveu o período inflacionário no Brasil sabe dos malabarismos para manter o poder de compra do dinheiro. Íamos ao supermercado e comprávamos tudo o que podíamos, estocando até embaixo da cama.

Mas a diferença de R\$1.500,00 para R\$350,00 não está nas razões monetárias. É uma questão básica das relações históricas econômicas e sociais: o princípio da igualdade de valor, na troca de mercadorias.

O enunciado da Constituição diz que o salário-mínimo deve suprir as necessidades básicas do trabalhador e sua família, que no Brasil compõe-se, em média, de dois adultos e duas crianças, com homem, mulher e dois filhos. Algumas famílias são mulher com mulher, homem com homem, mas vamos usar o padrão.

Quando ofereço no mercado minha força de trabalho, ofereço a quem está interessado em sua utilidade: o capitalista. Portanto, está adquirindo apenas uma força de trabalho, a do trabalhador (homem ou mulher). Não há sentido econômico nas relações de troca entregar mais valor e receber menos. A família compõe-se de mais uma força de trabalho adulta e duas em potencial (as crianças), que o capitalista não está obtendo.

¹⁴ <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>

O salário-mínimo reflete, portanto, o valor de uma força de trabalho, na sua capacidade mais simples, de acordo com o grau de civilização da sociedade.

Por que o capitalista pagaria por duas forças de trabalho adultas e mais duas em potencial, se está recebendo apenas uma? Não têm lógica, como princípio da troca "justa", no qual se confrontam proprietários dos dois lados, valor contra valor, direito contra direito.

Mas, pelas características próprias das relações sociais capitalistas, continuamos achando que a exploração está no salário, na relação de troca com o capital. No capítulo sobre mais-valia, poderemos abordar nossa visão de onde está a exploração de fato.

Portanto, o que não estaria de acordo? O enunciado da Constituição. Guarda ainda o reflexo cultural de que o trabalhador deva ganhar o suficiente para sustentar toda a família. Como vimos, sob o capitalismo, a família não tem mais nenhum sentido econômico. Cada força de trabalho tem que reproduzir a si mesma.

Proponho então que mudemos a Constituição. Ficaria assim:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender (parte de) suas necessidades vitais básicas (...) com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (em que o salário-mínimo direto, pago pela empresa, não conseguir atender ao trabalhador em suas necessidades vitais básicas, deverá ser suprido com produtos e serviços públicos de qualidade, pagos pelos impostos arrecadados por toda a sociedade).¹⁵

Pronto, resolvido o problema do salário-mínimo. O capitalista não desembolsa mais com salário diretamente, o que geraria aumento de preços e a diminuição do poder de compra do trabalhador e teria ainda assim disponível uma força de trabalho de melhor qualidade, com "mais valor".

Com uma simples alteração na Constituição poderíamos eliminar tanta discussão em torno do salário-mínimo e economizar ao DIEESE o dinheiro gasto com as pesquisas. Avançaríamos nas discussões econômicas sobre nossas mazelas históricas e poderíamos educar a população para a Cidadania, sobre efetivamente o que é distribuição de renda, sem essas falácias que quebraria a Previdência, as Prefeituras, etc., etc.

Deixando um pouco a ironia de lado, estaríamos apenas adequando o texto Constitucional à realidade histórica. Mas entre a realidade histórica e sua representação social, ideológica, há uma distância enorme.

Por falar em história, vamos tentar responder a segunda pergunta:

Por que o salário-mínimo no Brasil é mínimo?

Frisamos anteriormente que o salário-mínimo reflete o valor da força de trabalho em sua forma mais simples, em determinado grau de desenvolvimento da sociedade. Como vimos acima, o salário-mínimo de R\$350,00 é o preço estipulado para essa força de trabalho, mas não significa que reflita seu valor. Se esse trabalhador tiver acesso a bens e serviços públicos de qualidade para reproduzir sua força de trabalho, esse "preço" estipulado estará abaixo do valor. Portanto, receber salário direto baixo não

¹⁵ Os textos entre parênteses foram acrescentados ou suprimidos por mim.

significa necessariamente, como é o caso da China, em que o grau de desenvolvimento dessa força de trabalho seja baixo.

Também deve-se ter cuidado, quando se compara salário-mínimo com outro país, utilizando-se apenas do Dinheiro envolvido. Nos EUA o salário-mínimo é US\$900 mais ou menos. Puxa, no Brasil seria uns R\$2.000,00. Só que "vale" isso no Brasil, ou seja, trabalhando lá e trazendo os dólares para cá (na cueca?). Em função de o dólar ser "dinheiro universal", é uma das moedas que estabelecem os preços do comércio mundial, podendo ser convertido em reais, na cotação do câmbio, ou dos preços mundiais. Demonstra, por outro lado, como são mais baratos nossos produtos para quem recebe em dólares e mais caro para quem recebe em reais. Transferimos renda também dessa forma para os países mais desenvolvidos. Mas isso é outra história.

Para se comparar salário-mínimo entre países somente através da forma direta em dinheiro, precisaríamos saber o que essa quantia compra de produtos e serviços por lá e compararmos com produtos e serviços similares que tenham o mesmo valor-de-uso por aqui. Em palavras mercadológicas, atendam as mesmas demandas.

Para saber o "valor" da força de trabalho aqui e lá, teríamos que medir o valor de todos os bens e serviços que essa força de trabalho simples tem acesso, por meio do salário direto e indireto, ou seja, o salário que se recebe das empresas e do Estado.

Em decorrência de ser a força de trabalho uma mercadoria adquirida pelo capital, só há lógica econômica se essa mercadoria for produzida com o menor custo possível, para um grau de desenvolvimento desejável, para determinada função. E por isso que entre as indústrias mais desenvolvidas, não há trabalhadores com salário-mínimo. É incompatível com o desenvolvimento da própria indústria.

Mas no Brasil ainda há um grande contingente de trabalhadores recebendo o salário-mínimo, seja formal ou informalmente.

Mas por que é mínimo?

Fomos dos últimos países a abolir a escravidão no Ocidente.

Apesar das tentativas iniciais de se escravizar os indígenas, esses dominavam econômica e culturalmente as *terras brasilis* e resistiram à dominação. Por isso, foram exterminados literalmente e como cultura. Eram 5 milhões em 1500 e agora não mais que 300 mil. Mas permanecem muitos de seus genes espalhados através da miscigenação da população.

É interessante frisar que nossa história recente, a dos colonizadores, segue a mesma trajetória do desenvolvimento do capitalismo na Europa e as novas formas de relação de produção.

Trabalhador assalariado de um lado e capitalista de outro. A escravidão ressurgiu e depois se desenvolve a partir dessas novas relações.

A escravidão já tinha desaparecido como relação econômica preponderante com o fim do Império Romano no século V, derivando para a vassalagem e servidão. Retornou no Novo Mundo com toda força, para a produção de mercadorias que abastecessem o mercado Europeu em expansão, sob relações capitalistas.

As colônias do Novo Mundo adotaram a força de trabalho dos negros africanos, escravizando-os, depois que a escravização dos nativos se tornou inviável. Esse comércio serviu também como base para a acumulação primitiva do capital que impulsionava a manufatura na Europa. No Brasil, se considerarmos que os primeiros indígenas foram escravizados com o início da colonização a partir de 1530 e depois substituídos por negros africanos, significou 350 anos de utilização de força de trabalho escrava.

A relação escravista, vista do ponto de vista do trabalhador estabelece uma relação de dominação absoluta sobre o indivíduo. Mas o que se quer extrair é sua

capacidade de trabalho. Esta só pode ser fornecida em sua forma mais simples, bruta. Apenas em casos específicos, aos que trabalhavam nas atividades domésticas e de artesanato, eram fornecidas condições mais desenvolvidas para aqueles fins.

Marx afirmava que a rusticidade dos meios de produção empregados no sistema escravista era necessária, porque o escravo, para afirmar sua humanidade, diferenciando-se dos objetos inanimados e dos outros animais de trabalho, maltratava-os.

O sistema escravista tinha que adquirir a força de trabalho pelo valor de sua vida útil inteira, porque esta não pertencia ao próprio trabalhador como mercadoria. Assim, o senhor de escravo obtinha o indivíduo como mercadoria e não sua força de trabalho, através da relação de troca, com quem o possuísse. Como a força de trabalho está estruturada na personalidade do indivíduo, este pertencendo como mercadoria ao senhor de escravo, pertence-lhe também a força de trabalho, que ao final é o que interessava.

Desta maneira, do ponto de vista econômico, pagava-se por uma força de trabalho potencial, para um determinado período de vida útil. Adiantava-se assim o Dinheiro, sem receber no momento o valor correspondente em troca. É por isso que sob a escravidão, tentava-se arrancar ao trabalhador, a maior quantidade de trabalho possível, num menor espaço de tempo, buscando-se recuperar o capital adiantado.

Sob o capitalismo é o contrário: primeiro trabalhamos para depois recebermos. Primeiro entregamos valor, para depois recebermos o valor correspondente. E o que é mais importante: não somos "obrigados" a trabalhar, por nenhuma força coercitiva direta.

O que nos leva a trabalhar, é que somos produtos históricos e, como tal, nossa força de trabalho só tem valor para o capital e é com ele que precisamos nos relacionar, diariamente.

Apesar de a escravidão ter sobrevivido durante tanto tempo no Novo Mundo, contribuindo com o capitalismo em termos globais, essa forma de exploração é incompatível com o desenvolvimento das forças produtivas sociais, entrando em decadência com a expansão do capital.

Referimo-nos ao trabalho escravo, mesmo modernamente, como se o escravo não recebesse nada em troca para reproduzir sua força de trabalho. É porque não há a figura do Dinheiro como relação de troca direta com o trabalhador. A relação de troca através do Dinheiro se dava com o dono do indivíduo, que o tinha como uma mercadoria. Mas para reproduzir sua força de trabalho, o escravo recebia na forma de produtos e serviços: moradia, vestuário, alimentação, saúde. Ah! Mas tão pouco!!

Como o senhor de escravo adiantou o capital, visando à força de trabalho e não o indivíduo, embora aquela dependa de que este esteja vivo, tenta mantê-lo com o mínimo de custos possível. Mínimo de moradia (senzalas), mínimo de alimentação (sobras - o que culturalmente produziu a feijoada), mínimo de vestuário (sacos de armazenagem como tecido).

Começamos a perceber por que o mínimo é mínimo no Brasil?

O final da escravidão significou a substituição da força de trabalho escrava, já escassa e proibida sua importação desde 1850, pela força de trabalho do imigrante europeu. Oficialmente a escravidão extinguiu-se em 1888, e com ela foi-se o Império. Mas desde sua proibição em 1850, apesar de ter sido um dos períodos de maior importação de negros africanos, começou-se a pensar em formas de promover sua substituição. Todo tráfico encarece o preço da mercadoria e aumenta o lucro dos comerciantes.

Demorou-se ainda um longo período para o fim oficial da escravidão no Brasil, pois os senhores de escravos adiantaram capital por essa força de trabalho, com vida

útil, digamos de 20 anos. Queriam o retorno, antes de abrir mão deles. Por isso queriam que o Estado os indenizasse, caso fossem obrigados a libertá-los antes do tempo útil de utilização. Quando foi proclamado o fim da escravidão, a força de trabalho nas lavouras mais dinâmicas de café no estado de São Paulo já era de imigrantes vindos da Europa, principalmente da Itália, desde os anos de 1870.

É importante salientar que esta "liberação" de força de trabalho na Europa se dava em função da expansão da indústria moderna e o desalojamento de camponeses de suas terras, que eram ocupadas para produção de matéria-prima para as indústrias. O Brasil só conseguiu essa força de trabalho quando foi liberada por lá. Os EUA se beneficiaram da fome na Irlanda em 1847, em função de uma doença nas plantações de batatas, quando morreram 1 milhão de irlandeses e migraram outros 2 milhões. Meu tataravô, por parte dos burkes, migrou aos EUA nessa leva.

Os negros "libertos" ou permaneceram nas fazendas, agora como uma espécie de servo de gleba, ou seja, recebiam um pedaço de terra como meio de produção para reproduzir sua força de trabalho e em troca forneciam-na por períodos ao dono das terras ou migraram para os principais centros urbanos, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, a antiga capital do Império e depois da República.

Sem uma força de trabalho desenvolvida, sem condições de se incorporar ao processo econômico que começava a se desenvolver no final do século XIX no Brasil, através da industrialização, continuavam a se reproduzir com o mínimo.

Parece familiar essa situação até os dias de hoje?

O censo de 1890, após a Proclamação da República, apontava uma população no Brasil de 14 milhões de pessoas. 80% eram analfabetos.

Enquanto houver uma população que forneça força de trabalho na sua forma mais simples e que seja absorvida em determinadas funções, essa força continuará sendo produzida no menor nível de valor possível para esta sociedade.

Lembrando que para elevar o valor de qualquer mercadoria, deve-se agregar mais tempo de trabalho, ou seja, no caso do trabalhador, mais produtos e serviços que entrem na produção de sua força de trabalho. O capital só o fará, na forma direta, aumentando os salários, se necessitar de uma força de trabalho e não houver disponibilidade, por um custo menor. Propagará em seguida, com o discurso da necessidade de mais educação, que o preço dessa força de trabalho diminua, aumentando sua oferta no mercado.

A lógica econômica não é a lógica da moral. Se o capitalista agir diferente, deixa de ser capitalista. Porém, os excluídos pelo modo de produção capitalista e que por ventura agirem de forma "imoral", recebem como instrução ideológica, por meio dos aparelhos de repressão do Estado, uma punição moral: a prisão.

Os trabalhadores de salário-mínimo no Brasil, para aumentarem seu valor, podem lutar por distribuição de renda, por meio dos bens-salário que compõem a produção de sua força de trabalho, fornecidas pelo Estado, ou seja, pelo conjunto da sociedade, como moradia, saúde, educação, transporte, previdência, lazer. Do contrário, continuarão com um salário-mínimo, mínimo, dentro das condições que têm para se reproduzirem em nossa sociedade.

Essa discussão histórica envolve as questões que estão em pauta nas chamadas Políticas Afirmativas. Um dos exemplos é a política de cotas para negros ou descendentes e indígenas nas universidades, como forma de inserção social. Um dos discursos é o resgate da "dívida do país com essa população", que durante 350 anos construiu as bases econômicas de nossa sociedade e, justamente por esta condição, foram excluídos pelo modelo capitalista industrial de desenvolvimento, que se ergueu

no Brasil sobre os alicerces da escravidão, assim como a manufatura na Europa construiu-se sobre os alicerces do artesanato e servidão feudal.

Está repercutindo muito esse debate, mas o problema é que a maioria dos descendentes de negros no Brasil, encontram-se muito distantes de um banco de faculdade. Devemos pensar também, nos brancos agricultores sem-terra, nos pardos pobres sem-teto ... (?).

Luta de Classes

A questão é que sob o capitalismo, temos de um lado, possuidores apenas de sua força de trabalho e, do outro, possuidores dos meios de produção. É uma contradição histórica, que se desenvolve como luta de classes, na qual, para reproduzir minha força de trabalho, minha mercadoria, preciso relacionar-me com os meios de produção pertencentes ao capitalista. Para o capital se reproduzir de forma ampliada, precisa de minha força de trabalho em ação.

Luta de classes não significa conflitos manifestos. Pode estar latente, harmonioso (é o que se apregoa, a harmonia entre Capital e Trabalho), mas a luta pela vida é permanente, pois estão separados os meios de produção de quem produz e grande parte do que é produzido é acumulado pela classe que detém esses meios de produção, aumentando assim seu poder de explorar a classe produtora. Sempre que essa separação aconteceu, em todas as épocas do desenvolvimento histórico-econômico dessa espécie animal tão singular, existiu a luta de classes, quer gostemos ou não.

Privilegiar apenas raça (apesar de só existir uma raça, a humana), cor da pele, como critério de inserção social, esconde esse conflito de interesses, que não é a luta do bem contra o mal, mas a luta da maioria das pessoas, contra a minoria que os domina.

Alguns afirmam que a dominação de uma minoria sobre a maioria é inerente à nossa espécie, com comprovação por meio da análise de outros primatas sociais. Deixo essa discussão para os bió-sociólogos e biólogos radicais.

História Natural versus História Econômica?

Por meio da seleção natural, ao longo de milhões de anos, alterações genéticas, sejam em órgãos externos ou internos, que ocorrem nos indivíduos favorecendo-os, são repassadas aos descendentes. Após gerações, acabam por prevalecer como vantagem a toda a espécie. Não há, porém, nenhum altruísmo no indivíduo, bondade interior, para que as mudanças genéticas favoreçam a espécie como um todo. A seleção natural não tem nenhuma "moral".

O que mereceria um estudo mais aprofundado é a chamada "seleção artificial" analisada por Darwin. No mundo dos outros seres vivos, o homem seleciona como reprodutores os indivíduos que apresentam certas características controladas por genes, geralmente econômicas ou estéticas. Não são necessariamente características que interessam ao próprio ser, mas exclusivamente ao homem. Quando um descendente apresenta alguma característica do ser original, é descartado, preservando-se apenas os descendentes com as características selecionadas artificialmente.

Será que, geração após geração, o capital "seleccionando" trabalhadores para determinadas funções, que servem aos interesses exclusivos do capital e não do indivíduo, não pode fazer prevalecer um ser incapacitado para o desenvolvimento de todo o potencial humano? Freud afirmava ser este o preço da civilização. Reich, o distanciamento de nossa origem cósmica e a proximidade da mediocridade, do homem-pequeno, com os fascistas. Pelé, que não sabemos votar ...

CAPÍTULO 4

MAIS VALIA

Como vimos no capítulo 3, sobre Salário, esse, teoricamente, reflete o valor da força de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução.

A força de trabalho sob o capitalismo é uma mercadoria, produzida para troca, portanto, com utilidade para outro, diferente do próprio "produtor", o trabalhador.

Vimos que sendo proprietário de mercadoria, o trabalhador se confronta com o capitalista, também como proprietário de meios de produção, inclusive os necessários à reprodução da força de trabalho.

Assim, confrontam-se direitos iguais, valor contra valor, como em qualquer relação de troca. Por ser uma mercadoria especial, a força de trabalho é regulada por regras próprias, diferentes de outras mercadorias. No Brasil, temos a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com uma Justiça específica para julgar os conflitos.

Consideramos para efeito de análise, que o preço da força de trabalho, sua expressão nominal de valor, coincide com o próprio valor, apesar de ser praxe na produção capitalista, tentar-se reduzir o preço da força de trabalho abaixo de seu valor, com artimanhas, como descontos por atraso, jornada de trabalho prolongada sem o correspondente pagamento. Deixaremos as artimanhas de lado e partiremos do princípio que na troca de mercadorias troca-se valor por valor.

Por nosso senso comum, o problema principal estaria no salário pago pelas empresas, onde aconteceria a exploração do trabalhador. Como afirmamos, na relação de troca de força de trabalho pelos meios ou produtos que correspondem a seu valor, teoricamente, é uma troca "justa". O capitalista entrega o valor que recebe.

Mas onde estaria a exploração então?

É importante frisar que, mais valia ou trabalho excedente ou trabalho gratuito, é o valor extraído da classe produtiva, por outra classe, aquela que detém os meios de produção ou parte deles. Isso em qualquer época histórica.

Se voltarmos aos nossos 500 anos, essa relação de exploração era bem visível entre o Servo de Gleba e o Senhor Feudal.

Em troca da utilização do meio de produção principal, a terra, o servo reproduzia sua força de trabalho, trabalhando dois dias (apenas como exemplo) na semana para si mesmo e, os outros quatro dias, nas terras do senhor feudal.

Portanto, se transformarmos uma semana em jornada de trabalho do servo, ele trabalhava 1/3 para si mesmo, para reproduzir sua força de trabalho e de sua família e 2/3 trabalhava para o senhor feudal. Alguns poderiam dizer que estava pagando o "aluguel" da terra. De fato, veremos ao final, que aluguel, ou renda fundiária, é uma das formas em que se transforma a mais valia. A terra em si, não tem nenhum valor, já que é fornecida pela natureza. Para ter valor, precisa se transformar em meio de produção através do trabalho. A propriedade privada sobre a terra é condição histórica de exploração de uma classe sobre a outra. Nas sociedades primitivas, as terras eram bens comuns a toda comunidade.

Voltemos a nosso exemplo. A relação entre o Servo de Gleba e o Senhor Feudal era muito clara. O trabalho que o servo dedicava a si mesmo e ao dono da terra era bem delimitado no tempo e no espaço. Ficava muito claro o que era mais valia, trabalho excedente, trabalho gratuito, fornecido pelo trabalhador. Por isso, as relações medievais traziam a marca do conflito permanente, no qual o servo tentava aumentar o tempo de

trabalho para si e o senhor feudal diminuí-lo, com o intuito de mantê-lo preso para sempre aos meios de produção. A Igreja Católica, "representante" de Deus na terra, criava mutirões através de feriados religiosos, com o intuito de arrancar mais trabalho excedente, sem a resistência dos trabalhadores, que contribuindo desta forma, teriam enfim um pedacinho de terra só seu, no céu. Do contrário, as trevas.

Quanto ao artesão, considerado um trabalhador livre por ser dono dos meios de produção e empregar a própria força de trabalho, era dono também do resultado de seu trabalho, a mercadoria. Então, como arrancar-lhe trabalho excedente? Por meio da coerção de um Estado Absolutista. Cobrava-se ao trabalhador o trabalho excedente através dos impostos, dominando para isso o processo de comercialização por meio das Corporações de Ofícios, às quais o artesão estava atrelado.

Uma forma de manter o trabalhador vinculado ao poder do Estado era não lhe dando poder, ou seja, o artesão podia explorar a própria força de trabalho, mas não a de outros trabalhadores. No máximo, empregava dois aprendizes que, quando em condições de realizar o trabalho de forma completa, transformavam-se em mestre-artesão, incorporando-se ao sistema vigente.

Conforme vimos no capítulo 1, essa situação começa a mudar com a ampliação do comércio no início do século XVI.

Se olharmos o trabalhador sob o capitalismo, sua força de trabalho se transforma em mercadoria. Portanto, o seu valor-de-uso, a sua utilidade deve ser desenvolvida visando o outro, aquele que vai adquirir-la por meio da troca. E esta mercadoria especial tem utilidade somente para o capital. Antes de produzir valores-de-uso, tem que ter a utilidade de produzir valor e, principalmente, valor excedente.

O processo de troca, para o trabalhador, é uma relação permanente. Ele coloca a mercadoria força de trabalho em circulação, trocando-a por dinheiro, seu salário, e troca novamente por produtos e serviços necessários, diferentes de sua mercadoria original. Entra com um valor no mercado e sai ao final com o mesmo valor - M - D - M.

Quanto ao capitalista, a relação é oposta: entra com Capital-Dinheiro, troca por produtos e serviços necessários para produzir mercadorias e sai com Dinheiro. Ora, só faz sentido trocar dinheiro por dinheiro, se sair com mais do que entrou. D - M - D'. Se sair com o mesmo Dinheiro que entrou no processo de produção, deixa de ser Capitalista.

O delta D-D', esse extra, tem que sair de algum lugar. Pelo senso comum, achamos que sai da diferença entre o preço de venda e o preço de custo, ou preço de compra. Só que qualquer produção é cíclica. Quem vende, depois também compra. Como vimos, preço é expressão de valor. Esse tem que existir na mercadoria real. Aumentar simplesmente o preço permite a quem comprou com preço acrescido, vender depois com acréscimo de preço. Voltaríamos à estaca zero. Ninguém ganharia nada mais do que retirou de circulação. Portanto, o valor extra, tem que existir antes, já materializado na mercadoria. E a única mercadoria capaz de produzir valor novo é a força de trabalho.

A mais valia, portanto, sempre é extraída no processo de produção, no ato de trabalhar, de transformar a natureza. Então, por que sob o capitalismo, essa não aparece, como era visível sob o feudalismo?

Porque quando trocamos uma mercadoria, entregamos sua utilidade, seu valor-de-uso, a quem a adquire. O trabalhador, por contrato de troca "justa", valor contra valor, entrega a utilidade de sua força de trabalho, que é produzir valor, ao capital, durante uma jornada de trabalho pré-estabelecida.

Durante esse período, a mercadoria força de trabalho pertence ao capital e ele a dispõe da forma que lhe convém. E para ter lógica econômica o valor produzido por

essa força de trabalho tem que ser maior do que seu valor original. O capitalista tem que extrair mais do que colocou no processo inicial.

Dessa forma, trabalhando, ou seja, se relacionando com os meios de produção do capitalista, produz valor. Valor que se materializa em valores-de-uso que pertencem ao capitalista. O trabalhador recebe em troca o valor correspondente à força de trabalho, não ao valor que produz em sua jornada total.

Se transformarmos valor em unidade de medida, em tempo, poderíamos dizer que durante sua jornada, o trabalhador trabalha um tempo para si mesmo, reproduzindo o valor de sua força de trabalho e o tempo restante, gratuitamente, para o capitalista. Como recebeu um salário pela jornada, combinado previamente, parece aos olhos do trabalhador que a exploração não está nas atividades que exerce durante sua jornada de trabalho e sim no salário que recebeu.

De qualquer maneira, quem "paga" o salário do trabalhador é ele mesmo, produzindo valor. Produzindo valor para si e excedente para o capitalista. Mas não só isso: produz e reproduz as relações sociais que o exploram e sempre de forma ampliada, com poder cada vez maior sobre o trabalhador.

Lembrando, mais uma vez, que a força de trabalho sendo mercadoria, só tem utilidade para o capital e nenhuma utilidade direta para o trabalhador. Se esse perde a capacidade de se relacionar com os meios de produção em poder do capitalista, perde os meios de se reproduzir como trabalhador.

Alguns enxergam também a exploração somente quando o trabalhador faz hora-extra que não é paga. A extensão da jornada de trabalho sempre foi uma forma de extrair mais trabalho excedente. Porém, mesmo com a jornada fixa, há formas de extrair mais trabalho gratuito: diminuindo o valor da força de trabalho, ou seja, diminuindo o valor dos bens-salário, seu tempo de trabalho socialmente necessário à produção.

Quando a jornada de trabalho é simplesmente estendida, Marx chamava de mais valia absoluta. Aumento do número de horas de trabalho. Quando diminuía o valor da força de trabalho, numa jornada fixa, chamava de mais valia relativa, pois a parte do trabalho excedente aumentava proporcionalmente ao valor da força de trabalho. Esta é a forma principal de exploração capitalista.

Inclusive, uma forma de extrair mais trabalho excedente é aumentando a "intensidade" do trabalho. Mais trabalho se mede não só por sua extensão, mas pela sua intensidade. Para isso, é preciso reduzir a jornada de trabalho e não aumentá-la, diminuindo os espaços improdutivos que as jornadas mais extensas produzem. Sob a indústria moderna, o ritmo de trabalho é determinado pelas máquinas e não pelo trabalhador. Chegou recentemente também ao mundo administrativo, através dos computadores. Toda sorte de doenças ocupacionais, que antes afligiam apenas os "peões" das fábricas, chegam agora a classe média de trabalhadores intelectuais. Trataremos desses aspectos no capítulo 5.

A distribuição da Mais valia

A mais valia é o trabalho excedente produzido no processo produtivo, mas não é exclusivamente apoderada pelo capitalista industrial. Deve ser repartida pela classe capitalista que concorre para a sua produção e reprodução global.

Produzir mercadorias que materializam mais valia não é suficiente. É necessário colocá-las em circulação para que a mercadoria realize seu valor-de-troca e assim transforme a mercadoria em Capital-Dinheiro, com valor acrescido, a mais valia. Do contrário, o ciclo produtivo se interrompe e perde-se valor com a deterioração dos produtos ou a queda do preço abaixo do valor.

Para colocar as mercadorias em circulação é necessário o capital comercial. Assim, a diferença entre o preço de fábrica e o preço de venda, é a participação do capital comercial na mais valia.

Também participa da mais valia o capital-financeiro, imprescindível para a produção capitalista e sua expansão. Mesmo que a indústria, o produtor direto de mais valia, utilize-se de capital próprio, entram nos cálculos de sua remuneração as taxas de juros cobradas pelo capital financeiro.

Em linhas gerais, os juros já estão computados nos cálculos de remuneração do capital como um todo.

Outra forma de participação na mais valia é feita por meio da Renda Fundiária, seja urbana ou rural. Ser dono de um espaço de terra permite ao capitalista fundiário participar da exploração do trabalho excedente produzido por toda sociedade. Já frisamos, anteriormente, que a terra, por ser fornecida pela natureza, não tem valor em si. Mas a propriedade privada sobre esse bem social permite ao proprietário estabelecer os meios para participar do processo produtivo capitalista.

Se formos classificar a mais valia nas várias formas que assume nas relações de produção capitalista, a teríamos na forma de Lucro, esse dividido em Lucro Industrial e Lucro Comercial, Juros e Renda Fundiária. As duas últimas subordinadas à capacidade de extração de trabalho excedente do setor produtivo.

É por isso que no Brasil, com altas taxas de juros, a indústria faz alarde que está comprometendo sua lucratividade, apesar de também aumentar seus ganhos participando dos investimentos financeiros, emprestando Dinheiro ao Governo Federal que paga alta remuneração pela "sua" dívida. Ao final, essa dívida é paga com recursos de toda a sociedade, por meio dos impostos, transferindo renda dos trabalhadores e dos pequenos capitalistas endividados.

Chamam isso candidamente de "superávit primário".

A mais valia não poderia aparecer em sua forma original e sim travestida, pois na relação capitalista, o trabalho vivo, a força de trabalho é vista como parte do capital, apenas mais um insumo, considerada nos custos totais.

A taxa de mais valia é medida na relação entre o Capital Variável (o valor de toda força de trabalho empregada, na concepção marxiana) e o valor excedente que cria. Por exemplo, se for investido 100 em força de trabalho e os trabalhadores fornecerem metade de sua jornada como trabalho gratuito, produziria mais 100 em valor excedente. A taxa de mais valia seria de 100%.

Mas nas relações capitalistas, a força de trabalho é apenas uma parcela do custo de produção, somada aos outros custos de matérias primas, materiais acessórios, insumos, custos fixos de administração, de onde se extrai a taxa de lucro.

As máquinas e equipamentos em geral, por outro lado, parecem ser os verdadeiros executores dos valores das mercadorias, pois assumiram a capacidade humana de trabalho, substituindo os trabalhadores. Mas transferem aos produtos unitários, apenas parcelas de seu valor, através do desgaste médio a que estão sujeitos, não constituindo nenhum valor "novo". É trabalho já materializado, morto. A transferência às mercadorias da parcela de valor fornecida pelas máquinas e equipamentos é conhecida contabilmente como "depreciação". Retorna, portanto, ao ciclo produtivo como investimento.

Aparece assim, aos olhos de todos, que a determinação de valor, materializado no valor-de-troca das mercadorias, parte do próprio Capital e não do Trabalho Vivo.

A taxa de lucro industrial reflete a relação entre o que o capitalista empregou no processo produtivo e o que conseguiu apurar de receita, na Circulação das mercadorias. É o que chamam de remuneração do Capital, seu risco.

Desaparece completamente a relação entre a produção de valor excedente total e a força de trabalho, pois que, diante dos meios de produção, cada vez mais materializados em máquinas, que assumiram a capacidade de trabalho humana, diminui a proporção relativa entre força de trabalho empregada e Capital Constante, capital materializado. O trabalhador, como fração cada vez menor no processo de trabalho, enxerga também que toda a produção provém do Capital.

Mas isso tem conseqüências para a própria taxa de lucro em geral, que deriva, quer enxerguemos ou não, do volume de mais valia produzida pelo Trabalho Vivo empregado.

O Estado, estruturado por interesses que refletem as contradições entre a classe trabalhadora e a classe capitalista, se apodera da mais valia na forma de impostos cobrados às empresas e aos trabalhadores, na forma direta como imposto de renda e na forma indireta quando adquirimos produtos e serviços para consumo final.

A mais valia pode retornar, por meio do Estado, como investimentos produtivos ao próprio capital, na função de contribuir com sua extração sempre ampliada, ou na forma de dívida pública, pagando-se juros, por exemplo, ou como bens-salário (moradia, transporte, saúde, educação ...), contribuindo para a reprodução da força de trabalho ativa, que se transformará em capital, ou do "exército industrial de reserva", como força de trabalho potencial e reguladora do mercado de trabalho.

Na contribuição à extração da mais valia, o Estado assume também a função de repressor e de disseminador da ideologia capitalista, como o que Althusser chamou de "Aparelhos Ideológicos de Estado", ou sejam, escolas, empresas de comunicação, polícias, exércitos.

Tendências e contra-tendências de expansão da mais valia

As lutas políticas por mudança no sistema capitalista, propostas por Marx e Engels em 1848 através do Manifesto do Partido Comunista e depois levadas a cabo por Lênin na Rússia e em diversos movimentos de mudança mundo afora, foram dando lugar, nos países mais desenvolvidos capitalistas, a lutas sindicais por melhores condições salariais.

O capitalismo como modo de produção histórico, com sua capacidade de desenvolver os meios sociais de produção, prevaleceu sobre as formas impostas pelas revoluções proletárias, ou golpes de Estado e socializações violentas dos meios de produção.

O trabalho excedente, ou mais valia, apropriada pelo capitalismo diretamente no processo produtivo, deu margem para a distensão social e o desenvolvimento da Democracia. A classe capitalista, apenas em épocas de crises cíclicas do capitalismo, precisa usar a força como coerção produtiva.

Engels, ao final do século XIX, após a morte de Marx, em análise do desenvolvimento da Social-Democracia na Europa e o sufrágio universal, vislumbrava uma nova forma de a classe trabalhadora influenciar nos destinos da economia e na participação dos resultados do trabalho.

A distensão criada pelo desenvolvimento econômico ao contrário de pauperizar a classe operária, apesar das crises cada vez mais frequentes do capitalismo, deslocava as lutas operárias para o modelo político vigente e não mais revolucionário. Engels, em referência ao Manifesto Comunista, constatava: "a História não nos deu razão".

Não vislumbrava ainda, por princípio científico, que a revolução operária poderia ocorrer justamente num país como a Rússia, que não tinha as relações sociais de produção capitalistas desenvolvidas, condição básica, na visão de Marx e Engels, para

que a revolução pudesse direcionar racionalmente a produção social e criar condições para sua sustentação. Inclusive, a famosa frase "trabalhadores do mundo, uni-vos", traz a base da teoria marxiana na qual sendo o capitalismo um sistema mundial, de exploração mundial, só poderia ter sucesso o Socialismo através da classe trabalhadora como um todo.

A diminuição da exploração do trabalho excedente, por si só, transformaria a mais valia em ampliação dos bens disponíveis para toda a sociedade e em "tempo livre" para o trabalhador se desenvolver, como indivíduo, já que sua vida toda, como trabalhador produtivo sob o capitalismo, é transformada em tempo livre para outra classe.

A revolução Russa e a sua ampliação para outros países, coletivizando os meios de produção à força, gerou depois uma excrescência histórica: terminou por decreto de Gorbatchev. Como pode relações "históricas" de produção acabar por decreto?

Portanto, dependia da vontade de grupos de poder, mantidos pela violência. O capitalismo, como relações históricas sociais de produção, prevalece, em seu caminho contraditório: sem depender da vontade consciente de seus atores. Ninguém é obrigado, por força coercitiva, a trabalhar. A imagem de "liberdade social" é construída em confrontação com a "liberdade individual" de escolha, fora do ambiente privado da empresa.

Só que quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais o trabalho humano é materializado em meios de produção: máquinas, construções, matéria-prima, infraestrutura, transportes etc. E menos se utiliza o trabalhador. Com o agravante das máquinas estarem substituindo também o cérebro humano. Veremos algumas conseqüências dessa mudança a seguir no capítulo sobre a classe média.

O interessante é que a manifestação da queda da taxa de lucro se dá pelo aumento da exploração direta de trabalhadores fora do processo formal de produção capitalista, com todo tipo de terceirização, exploração de trabalho infantil, "escravo", etc. Não nos esqueçamos que falo de exploração mundial, global.

CAPÍTULO 5

A CLASSE MÉDIA SAI DO PARAÍSO?

Quando analisamos no capítulo 1 as grandes transformações na base produtiva, uma das mais importantes para o desenvolvimento das forças sociais foi a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Permitiu por outro lado o desenvolvimento da Ciência separada do desenvolvimento do indivíduo.

O trabalhador intelectual pôde se desenvolver com a atrofia do trabalhador manual. Diante da manufatura, o trabalho de supervisão dos trabalhadores era assumido pelos próprios artesãos com maior experiência. Como a manufatura ainda se baseava no empirismo para definir a divisão do trabalho, o trabalho de superintendência era exercido também pela experiência empírica.

Isso começa a mudar com a Indústria Moderna. A base produtiva já não poderia mais ser organizada a não ser por bases científicas. Surgem as escolas politécnicas, com o intuito de criar trabalhadores especializados, com a função de organizar e gerir a produção.

De outro lado, com a ampliação da produção e do comércio como um todo, as necessidades de registros e manuseio de informações crescem exponencialmente. Surgem as escolas de formação técnico-administrativa.

Com o crescimento das empresas, é necessário desenvolver força de trabalho que personifique o capital nas funções diretivas. Surgem as escolas de Administração Superior.

Nas áreas produtivas, com a consolidação das máquinas, a produção era organizada a partir da base técnica e não mais do trabalhador. Esse deveria se adaptar a máquina.

Já nas áreas administrativas, quanto mais se ampliava a produção de mercadorias, mais força de trabalho para essas tarefas era necessária. A organização do trabalho e sua divisão eram baseadas no próprio indivíduo. Assim, os organogramas das empresas refletiam uma hierarquia militar: trabalhadores, supervisores, gerentes, superintendentes, diretores, presidente.

Como as equipes administrativas eram organizadas a partir do indivíduo, para manter o controle e a produtividade, o gerente eficiente deveria dispor de métodos objetivos e também, digamos, “subjetivos-persuasivos”.

Baseando-se na divisão do trabalho dentro do escritório, assim como aconteceu na manufatura, a maior eficiência estava ancorada na redução da função à sua forma mais simples. Manipular números, documentos, registros, controles, exigia uma capacidade organizacional ampla para que o fluxo não fosse interrompido. O fato de a hierarquia estar estruturada por departamentos, a comunicação deveria circular verticalmente, passando pelas várias chefias e estratos hierárquicos. Como dependia de pessoas ...

Ter que controlar pessoas e ao mesmo tempo, dar eficiência ao fluxo de informações demandou muitas teorias organizacionais e muito esforço.

O número crescente de trabalhadores intelectuais passou a ser um entrave ao desenvolvimento do próprio capital, que alcançava do ponto de vista produtivo, com as máquinas, uma eficiência extraordinária ao mesmo tempo em que diminuía a proporção de trabalhadores manuais.

Para agilizar muitas tarefas, surgem as primeiras máquinas voltadas para funções administrativas e de controle: as máquinas de calcular e as famosas máquinas-de-escrever, ainda no século XIX na Europa e EUA.

Em 1975, quando eu pretendia entrar no mercado de trabalho, na área administrativa, o curso necessário era o de datilografia. Quanto às máquinas de somar, como as chamávamos, desenvolvíamos a habilidade necessária na própria utilização. Muitas funções administrativas tinham essas características. Nelas, o "hábito fazia o monge". Assim, a empresa tinha um funcionário que ia sendo capacitado, exercendo a própria função. E a educação regular nas escolas fornecia a base necessária para executá-las.

Se olharmos o trabalhador intelectual, do ponto de vista de seu desenvolvimento, sua força de trabalho está estruturada na habilidade para desenvolver, primordialmente, funções cerebrais. A máquina-ferramenta havia substituído os órgãos mecânicos do trabalhador manual, permitindo o desenvolvimento do trabalhador intelectual. Agora, para o capital, o entrave para o desenvolvimento das forças produtivas era o último órgão humano sob o domínio do trabalhador: seu cérebro.

Era o momento de implantar na organização administrativa das empresas, máquinas que substituíssem funções cerebrais. Surgem os primeiros computadores de grande porte. É interessante notar que os primeiros computadores foram estruturados para realizar operações simples, como somar ou subtrair, a partir do desenvolvimento das máquinas de calcular do século XIX e máquinas para operações de tabulação de dados. Só que essas operações eram comandadas através de um sistema mecânico. Transformaram-se assim em máquinas imensas.

Máquinas que proporcionavam operações automáticas já tinham surgido com a necessidade de automação das máquinas industriais, substituindo trabalhadores manuais que tomavam conta das máquinas, fazendo algum tipo de intervenção para que voltassem a funcionar.

Mas um mecanismo que realizasse operações cerebrais com comandos indiretos só começou a ser desenvolvido no século XX. Ganhou impulso após a 2ª Grande Guerra, com investimentos de governos com finalidade militar, principalmente os EUA. Desenvolveram-se através dos sistemas transistorizados (não mais mecânico e sim elétrico, como nossos cérebros), substituindo os sistemas pioneiros de válvulas que consumiam energia e espaços enormes. No final da década de 50, cria-se o circuito integrado, que mais tarde viria a substituir os sistemas transistorizados. O primeiro computador de grande porte do Brasil foi comprado pelo Governo do Estado de São Paulo em 1957 da Burroughs (uma das empresas precursoras das máquinas de calcular no século XIX), com a finalidade de calcular o gasto com água no Estado. Tinha 60 bytes de memória RAM. Para a época, uma evolução fantástica. Hoje o que poderia funcionar com essa memória?¹⁶

A Ciência e seu desenvolvimento cada vez mais acelerado vêm atender a essa necessidade de expansão das forças produtivas e ultrapassar a barreira criada pelas operações executadas pelo cérebro humano. Mas ainda, com os primeiros computadores, é necessário um programador, um cérebro que escrevesse os comandos para a máquina.

A ciência da computação só dominou sua base técnica quando desenvolveu os programas de computador com outros programas. A limitação dos programadores humanos também foi superada.

Outro entrave era o desenvolvimento das máquinas, dos hardwares para o desenvolvimento dos softwares. Estes estavam limitados ao desenvolvimento daqueles. Esse limite também foi superado.

¹⁶ Ver história da computação no endereço: <http://www.cultura.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm>.

Hoje, a quantidade de trabalho acumulado nos softwares e nos sistemas operacionais é tão grande que para iniciar o trabalho do zero seria praticamente impossível. Como contraponto a essa imposição do capital, surgiu o software livre, Linux, que carrega em sua base de desenvolvimento a contribuição aberta e gratuita de milhares de forças de trabalho espalhadas pelo mundo e um sentido político de confrontar-se ao poder do capital moderno, personificado na figura de Bill Gattes, da Microsoft.

Os primeiros computadores eram tão caros que imaginavam que somente poucas grandes corporações no mundo poderiam comprá-los e alguns governos. Isso pode ser explicado pela própria teoria do valor. Um protótipo concentra grande quantidade de trabalho para ser produzido. Seu valor só será reduzido quando o tempo de trabalho empregado em sua produção diminuir. Para isso é necessário escala como dizem.

Os sistemas educacionais ao longo do desenvolvimento da Indústria Moderna surgiram para atender as necessidades de desenvolvimento do trabalhador intelectual. A chamada classe média (excluídos os que são capitalistas), os que vivem de Salário, ou seja, vendem sua força de trabalho, construiu-se sobre o desenvolvimento do trabalho intelectual. Os sistemas educacionais são os "produtores" de cérebros.

Mas por que hoje a classe média sente-se compelida, cada vez mais, a buscar educação permanente?

Se olharmos do ponto de vista do valor, acontece agora com a classe média o mesmo fenômeno que aconteceu com o trabalhador manual, quando foi substituído por máquinas ou perdeu os meios de reproduzir diretamente sua força de trabalho: caiu seu valor, já que a utilidade de sua mercadoria no processo produtivo desapareceu. Passa a buscar trabalhos mais simplificados, com menor capacidade de trabalho, portanto, menor valor.

Quando eu ganhava 380 cervejas por mês e era menor de idade, exercia a função de kardexista (nada a ver com religião) na maior indústria química do mundo na época - Hoechst do Brasil. O trabalho era basicamente o seguinte: kardex era o nome de uns armários de aço com várias gavetas superpostas. Cada gaveta carregava uma quantidade de fichas. Nessas fichas eram lançadas as informações sobre as matérias-primas que iriam compor os custos de determinado produto. A cada entrada de matéria-prima, lançávamos na ficha e apurávamos o custo médio, caso houvesse estoque. Depois, a cada solicitação da área produtiva, íamos fazendo a baixa nas fichas e compondo o custo total. Ao final de cada mês, apurávamos tudo o que entrou para a produção e lançávamos numas planilhas imensas, em papel quadriculado, para ser contabilizado. Tudo isso feito à mão e a cérebro. A máquina que nos auxiliava era a máquina de calcular. Só. Isso em 1976 há apenas 30 anos, na maior indústria química do mundo.

Meu trabalho à época tinha valor, ainda mais para um menor de idade: 380 cervejas (em garrafa, diga-se de passagem). Minhas habilidades, adquiridas até o ensino médio, mais a capacidade de manusear informações, me permitiam exercer a função. Lembro que meus colegas de trabalho, que exerciam a mesma função, eram casados e sustentavam suas famílias como kardexistas. Ganhavam obviamente mais do que eu pela mesma função, que aponta um valor maior ainda do que eu recebia. Ou seja, era explorado duplamente. Sendo menor de idade, me pagavam o salário-mínimo da época mais horas-extras como complementação.

Essa função obviamente desapareceu com a utilização de sistemas de máquinas-computador. A minha força de trabalho de kardexista não têm mais nenhuma utilidade no processo produtivo, portanto, sem valor. Lá se foram minhas cervejinhas.

A velocidade de substituição de força de trabalho intelectual por máquinas atualmente é fantástico. Na outra ponta, o sistema educacional privado oferta cursos

como tentativa de valorizar a força de trabalho intelectual. Só que a velocidade de desenvolvimento das máquinas é infinitamente superior ao desenvolvimento de cérebros. Cada vez mais há uma pressão para cursos de curta duração e que possam ser aproveitados rapidamente.

Algumas empresas estão buscando as mesmas vantagens legais para montarem suas universidades corporativas, com cursos voltados para suas necessidades práticas de curto prazo.

Não há sentido econômico também para o trabalhador produzir sua força de trabalho por um longo período se não poderá valorizá-la no processo produtivo. É jogar dinheiro fora.

Será que continuarei tendo alunos para ensinar Sociologia? Há profissões tradicionais que estão "vendo" seu valor despencar no mercado. Além dos próprios programadores de softwares, as profissões politécnicas, como engenheiros civis, por exemplo: grande parte dos conhecimentos que antes eram executados pelo trabalhador foram transferidos para as máquinas. Até os médicos sofrem com essa onda de mudanças. Necessitam de um longo período de formação, mas dependem agora das máquinas para os diagnósticos. Transferem ao médico capitalista o seu trabalho excedente. Precisam se especializar como forma de valorizar sua força de trabalho. Quanto mais especializado, mais abrem espaço para os diagnósticos pelas máquinas. Ficam também reféns dos planos de saúde e da indústria química. Perdem valor. Sem contar que alguns diagnósticos estão sendo feitos por técnicos de outros países, bem mais baratos. A Índia já exporta diagnósticos para os EUA. O exame é feito nos EUA, segue via internet para o técnico na Índia, que devolve o diagnóstico prontinho. O dono dos aparelhos nos EUA embolsa a diferença que pagaria a um profissional local.

Um segmento que absorveu a tecnologia computacional muito rapidamente e de forma abrangente foi o sistema bancário, pela característica do próprio negócio que, basicamente, é organizado manuseando-se informações. Fisicamente, só manipula o papel-moeda. Como cada vez mais é virtual...

Era um dos segmentos que mais empregava trabalhadores intelectuais e que por isso mais desempregou. Muitos dos que estão no governo Lula, contribuindo para o lucro astronômico dos bancos, fizeram-se como líderes sindicais dos bancários. O mundo realmente dá voltas.

Outra área que transformou imensamente o mundo do trabalho intelectual foi o da computação gráfica. As habilidades artísticas e criativas que eram exercidas diretamente pelo trabalhador tornaram-se obsoletas. O trabalhador agora deve exercer suas habilidades através da máquina, o que abriu espaço para uma infinidade de novos trabalhadores, que antes não tinham estruturado em sua personalidade o "dom" da representação figurativa.

Rompeu-se, com o computador, o último limite humano para a expansão das forças produtivas sociais: o cérebro. Valorizá-lo, agora, custará um empenho cada vez maior do indivíduo e sempre buscando uma utilidade, não para si mesmo, mas para o capital.

CAPÍTULO 6

CLASSES SOCIAIS

Quando falamos em classes sociais, nos vem à mente a sociedade estratificada: classe A, classe B, miseráveis, pobres, classe média, ricos.

É a famosa pirâmide, em cuja base fica a maioria da sociedade e vai se afunilando ao topo, onde estão os ricos.

É um retrato de como está estratificada a sociedade a partir de sua "renda". Não demonstra nem como se chegou a essa situação nem de onde se origina essa "renda", se dos salários ou da mais valia.

Essa forma de olhar a sociedade nos apresenta uma espécie de "escada" para o topo: você pode começar de baixo, nos estratos-degraus inferiores, mas nada o impede de chegar ao topo. Certamente.

As fórmulas são as mais variadas como: sorte na loteria, trabalhar bastante, estudar bastante, jogar futebol e ter um bom empresário, casar bem, enfim, um esforço pessoal capaz de ascendê-lo. Claro que um esforço pessoal é o mínimo que se pode fazer para se desenvolver. Ficar numa cama com soro nas veias não o levará a lugar algum.

Mas a "renda", ou valor, na forma salário e mais valia tem que ser produzida, não cai do céu. E esse valor é limitado pelo acesso aos meios de produzi-la, assim como seu montante global. Não há condições de produzir mais valor do que as relações capitalistas permitem em sua reprodução ampliada.

Interessa ideologicamente ao capitalismo transferir ao indivíduo a responsabilidade pela sua própria condição: "os meios estão aí, corra atrás". É o espelho da Democracia fora da fábrica. Somos livres ou não?

Surgem exemplos de pessoas que saíram "de baixo" e hoje são pessoas de sucesso. Geralmente como empresários. Claro que os trabalhadores que personificam o capital como executivos, tendo acesso aos bens de luxo, também podem ser usados como exemplo. Mas se olharmos o conjunto da sociedade, ainda mais num país como o Brasil, veremos que os exemplos são pouquíssimos, comparados com a imensa maioria. Se estendermos para o mundo, são cifras estratosféricas os que se encontram em condições precaríssimas.

Há um critério nessa visão "piramidal" que é a "linha da pobreza", usada para direcionar recursos através dos bancos de fomento, como BID, Banco Mundial, para as populações pauperizadas do mundo. Estes recursos vêm aplacar uma condição insustentável e de crescente necessidade política, já que seu número em termos absoluto aumenta: miséria de um lado, com riqueza crescente de outro. Esse recorte de linha de pobreza estabelece "renda" de até 1 dólar por dia ou, em dinheiro do Brasil, atualmente, R\$2,20.

Estima-se que há 40 milhões de pessoas nessas condições em nosso país. Nessas horas, para se receber recursos para programas sociais, os governos até aceitam esses números absurdos para justificar os "projetos" destinados a essa população.

Hoje, essa população miserável é a base mais forte de sustentação política do grupo que está no poder no Brasil e que, ironicamente, construiu sua base política com os trabalhadores ativos e mais desenvolvidos dos grandes centros econômicos. O sufrágio universal, um cidadão, um voto, é a expressão maior da Democracia, que expande o acesso aos recursos sociais para a população miserável ao mesmo tempo em que a exclui pelo próprio modo de produção capitalista.

Classe social do ponto de vista histórico poderia ser reduzida a duas forças contrárias que se complementam: os que fornecem a força de trabalho e os que detêm os meios de produção.

No capitalismo teríamos duas classes essenciais: a classe trabalhadora e os capitalistas. Ser trabalhador significa ter apenas sua força de trabalho para vender. Não importa em que nível. E ser capitalista é deter meios de produção, também não importa em que nível, principalmente para extrair da classe trabalhadora a mais valia.

Durante muito tempo, debateu-se se os trabalhadores intelectuais, que não concorriam diretamente para a produção da mais valia, eram realmente trabalhadores. Isso já causou muitas divisões nos movimentos operários.

Vimos que não basta produzir a mais valia para que ela exista de fato. É necessário realizá-la na prática. E ela só se realiza no processo de circulação. Portanto, todos que participam de sua realização são também trabalhadores.

O que há, na divisão entre trabalhador manual e intelectual, é uma identificação ideológica maior com o capital deste último.

E há os que realmente personificam o capital nas funções de comando, principalmente nas grandes corporações regidas por Sociedade Anônima.

Quando falamos em ascensão social, o trabalhador da fábrica, o operário, terá muito mais dificuldade para ascender socialmente, pois o valor de sua força de trabalho é determinado há muito pela maquinaria. Já um trabalhador administrativo, por exemplo, poderia ascender nas várias funções possíveis através de seu desenvolvimento intelectual. Claro que, conforme frisamos no capítulo anterior, isso vem mudando com a chegada das máquinas-computador aos escritórios.

As relações dentro das empresas, apesar de muitas vezes o discurso ser diferente, separa muito claramente essas duas categorias de funcionários, na própria organização empresarial. O interessante é que quando há uma greve na empresa, param os operários. Exacerba-se essa separação, pois os trabalhadores intelectuais personificam ideologicamente o capital. Não "podem" participar da greve. Mas, no íntimo, ficam torcendo por uma boa solução, pois sabem no fundo que são também trabalhadores regidos pela mesma lei que regula as relações de troca entre Capital e Trabalho.

Transformam-se, na hora em que recebem o contra-cheque, com o "reajuste" negociado durante a greve dos operários, em "classe trabalhadora".¹⁷

Quanto aos capitalistas, também não são uma classe homogênea, pela própria condição que têm de mobilizar recursos não só para explorar a classe trabalhadora como também outros capitalistas. Portanto, extrapolando o que vínhamos colocando até agora, os capitalistas não exploram apenas os trabalhadores, mas capitalistas de menor porte, por meio da concorrência. Nessa situação os que detêm o capital conseguem transferir grande parte da mais valia produzida com o esforço desses capitalistas de menor porte para o seu grande e poderoso bolso.

Uma das formas mais violentas de transferir renda é por meio do endividamento de pequenos capitalistas e na cobrança de impostos aviltantes. Muitos desses pequenos capitalistas exploram a própria força de trabalho e a dos familiares. No Brasil passam à informalidade como forma de fugir a esse duto que lhe suga as energias e os recursos.

Quanto aos grandes capitalistas, só reclamam da informalidade de empresas que lhes podem ser concorrentes diretos. Bradam que é preciso respeitar as leis, pois se atuam dentro de todas as normas vigentes, teriam desvantagem competitiva em relação

¹⁷ É interessante que, pela lei sindical no Brasil, acaba reforçando ainda mais a separação entre escritório e fábrica. Muitas vezes, sindicatos diferentes negociam condições diferentes dentro da mesma empresa, dependendo da categoria.

as que não as cumprem. Reclamam até de quem não está respeitando os "direitos" dos trabalhadores. Mas conseguem de outra forma vantagens competitivas que os que sonham não podem obter: os incentivos fiscais ou projetos de investimento a juros baixos, disponibilizados com recursos públicos.

Se fôssemos olhar o conceito de trabalhador produtivo, do ponto de vista do Trabalho, poderíamos afirmar que produtivo é todo trabalhador que produz algum valor-de-uso, ou seja, algum produto que tenha utilidade social.

Mas do ponto de vista do capital só é trabalhador produtivo, aquele que produz trabalho excedente, mais valia, aquele que contribui com a produção sempre de forma ampliada: a reposição do valor empregado como capital mais um ganho extra que se manifesta como Lucro, Juros ou Renda Fundiária. Do contrário, é investimento improdutivo.

É por isso que as teorias econômicas e ultimamente os neoliberais, pregavam o Estado mínimo. O dinheiro disponível arrecadado pelo Estado deve ter uma destinação "produtiva" para o Capital: atender população pobre que não consegue vender sua força de trabalho não é "produtivo". Pagar aposentadorias não é "produtivo". Manter funcionários públicos não é "produtivo". Educação e Saúde, que não possam se transformar em força de trabalho produtiva, não é "produtivo".

Para as necessidades do capital em um mundo globalizado e na queda da taxa de lucro, os recursos públicos, produzidos por toda a sociedade, são uma fonte importante para que o Capital consiga se expandir. Inclusive o Capital Financeiro.

Apesar das críticas aos funcionários públicos, como trabalhadores "improdutivos", a administração do Estado, a arrecadação e a destinação dos impostos, de acordo com os interesses do capital, concorrem de forma indireta para a extração de mais valia, sejam esses recursos utilizados como Capital ou como recursos para reprodução da própria força de trabalho, os bens-salário, como moradia, transporte, saúde, educação (ver capítulo 3). Portanto, funcionário público também pertence à classe trabalhadora, apesar de muitos fazerem questão de parecer que não gostam nem do conceito e nem da prática do trabalho.

As instâncias jurídicas, políticas e executivas do Estado fazem a mediação dos interesses e conflitos estabelecidos nas relações sociais capitalistas de produção, derivando dessas e não o contrário, como nos faz crer os discursos dos "representantes do povo", sobre "igualdade, liberdade e fraternidade", "todo poder emana do povo e em seu nome será exercido". Marx afirmava que o criminoso não produz só crime, produz também a justiça, os advogados, os compêndios jurídicos, a polícia. O Estado, como o conhecemos, é produzido e reproduzido pelas relações capitalistas de produção. O poder de um governo está limitado por essas relações.

Qualquer tentativa de mudança que afete os interesses dos envolvidos, trabalhadores ou capitalistas, levará a conflitos dentro da ordem ou de forma violenta. Como o Estado no Brasil em sua amplitude é dominado pelos interesses do Capital é desproporcional a capacidade que a maioria da população tem de se mobilizar em torno de seus interesses. Nossa "consciência cidadã", como dizem, está muito distante de uma realidade mais equilibrada.

Como a estratificação de classes nos mostra 1% de brasileiros domina 50% da "Renda", quando outros 50% de brasileiros dividem apenas 10% da Renda. As estatísticas oficiais dizem que somos o país com pior distribuição de renda do mundo, além de Penta campeões de futebol. Não por acaso, somos também campeões mundiais de taxa de juros reais¹⁸.

¹⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3008200612.htm> - 30.08.06

É importante frisar que apesar de termos abordado alguns detalhes sobre o Brasil, as classes sociais não se compõem isoladamente por cada país. Temos que olhar de forma global. Os conceitos de Classe Capitalista e Classe Trabalhadora podem ser estendidos para todo o planeta, já que o capitalismo, desde sua origem, é um modo de produção globalizado, desenvolvendo-se como sistema mundial.

A globalização só está mais evidente para nós, porque quando se abre uma fábrica na China, se desemprega nos EUA ou no Brasil. Mas não nos iludamos, o capital pode ter apenas se deslocado daqui pra lá, como aconteceu recentemente com o segmento calçadista brasileiro.

Produto e Serviço

Há uma tendência apontada pelas análises econômicas de ampliação do emprego no segmento de serviços e diminuição no industrial.

Antes de apontarmos algumas causas para isso, vamos definir o conceito de Produto e Serviço, para termos mais claras as condições em que um e outro são produzidos.

Para produzir algo, temos que organizar o "processo produtivo". Em qualquer época histórica, devemos combinar: matéria-prima, ferramentas de trabalho, meios de produção, enfim, e força de trabalho. Busca-se como objetivo atender uma necessidade humana.

Modernamente, essa necessidade pode ser denominada como "consumo final", ou seja, o valor contido nesse produto não será consumido "produtivamente", não entrará no processo produtivo de outro produto, como capital, a não ser como meio de produzir força de trabalho. Mas do ponto de vista do trabalhador é consumido como renda e não como capital. A força de trabalho é que se transforma em capital quando estiver produzindo valor excedente ao capitalista.

Alguns produtos podem atender tanto necessidades de consumo final quanto de "consumo produtivo", pelas características que possuem. Um carro, por exemplo, pode ser consumido como renda por um trabalhador ou utilizado por uma empresa como transporte de sua força de vendas. Apesar de ser o mesmo produto, tem destinação diferente.

Outros produtos só podem funcionar como "meios de produção" de outros produtos, tendo essa destinação exclusiva, como é o caso de uma máquina-ferramenta ou as matérias-primas.

Um produto, seja para consumo final ou produtivo, é sempre resultado de um processo de produção. E o importante é um resultado tangível, material, desse processo. Poderíamos dizer que é trabalho humano materializado.

Serviço também é o resultado de um processo de produção. Porém, não se materializa, é intangível. Portanto, Serviço, seu valor, é consumido no mesmo momento em que está sendo produzido. Contribui com o processo produtivo, com a produção de valor, ou para consumo final, mas não transforma nenhum objeto de trabalho, nenhuma matéria-prima.

Um exemplo: uma música de Chico Buarque pode ser produto ou serviço. Para gravar em CD, Chico precisa ir a um estúdio, com todos os meios necessários que, aliás, não lhe pertencem, e com sua voz e música faz a gravação. Este "processo de trabalho" vai se materializar em um CD, em um produto. Quando quero escutar a música, basta colocar num toca-CD e ouvi-la. Ela está lá materializada, para quando eu quiser (o

problema agora para as gravadoras e produtores de toca-CD é que consigo materializar música de forma digital, inclusive num aparelhinho, o iPod, que já reproduz a música sem precisar de aparelho complementar).

Mas se eu for a um show do Chico, ele estará produzindo um serviço. Estará lá, produzindo a música, com seus "meios de produção", só que no momento que está cantando, eu a estou consumindo. Ao final do processo, não se materializou, a não ser em minha alma que estará mais leve. Se eu quiser ouvi-la novamente, terei que me "esgoelar" pedindo bis. Se Chico se comover com o pedido, terá que iniciar o processo desde o início.

É por esse motivo que Serviço tem que ser bem produzido desde o início, pois não está se materializando em nada. Se houver um erro, uma "desafinação", esta já foi consumida como tal. No caso da gravação em estúdio, podemos corrigir quantas vezes se queira.

Um serviço na hora de ser vendido é apenas uma idéia. Posso ter uma grande capacidade em prestar serviço pelos meios que disponho. Um hotel luxuoso, por exemplo, pode ter uma grande capacidade física de prestar serviço de hospedagem. Mas complementa-se com outros serviços, como limpeza, carregar malas, servir refeições. Se estes não forem bem feitos não há como voltar atrás. O cliente terá consumido um valor inferior ao preço pago.

Vários serviços são produzidos para atender o "processo de produção" dos produtos, como transporte, manutenção, limpeza. Contribuem com a produção direta, mas não transformam o objeto. Este é um motivo pelo qual é muito mais fácil para uma empresa terceirizar serviços do que a produção material em si.

Produto e Serviço são, portanto, o resultado de um processo de produção. Não devemos utilizar o conceito de Serviço como sinônimo de força de trabalho. Essa é empregada em conjunto com meios de produção para realizá-lo.

A razão do aumento da proporção de pessoas empregadas em Serviços do que em indústrias é que nessas a utilização de meios de produção material é cada vez mais difundida, substituindo a força de trabalho. Os Serviços, por outro lado, dependem dessa expansão da vida material e absorvem mais força de trabalho, já que muitas atividades dependem da intervenção e relacionamento humano. Mas mesmo para produzir Serviços, cada vez mais se utilizam máquinas para as funções que antes eram exercidas por pessoas. O mundo digital está permitindo relacionamentos cada vez mais virtuais.

A materialidade da produção

Um produto como meio de produção, pode entrar com seu valor total no processo de produção, como uma matéria-prima, ou o seu valor ir entrando aos poucos no processo produtivo, como é o caso de uma máquina. O valor total de uma máquina, por meio de seu desgaste, fornece frações de valor aos produtos unitários. Esse valor total é estabelecido pelo seu tempo de vida útil. Caso essa máquina tenha um desgaste médio de 10 anos, seu valor se "depreciará" 10% ao ano, transferindo esse valor às unidades de produtos que contribui para produzir. Quando a mercadoria for vendida, carrega em seu preço esse valor que a máquina lhe emprestou e ele deverá retornar ao processo produtivo como investimento.

Mas os meios de produção podem perder "valor moral". Quando uma nova tecnologia é desenvolvida para substituir tecnologias ultrapassadas, os primeiros modelos podem ter um alto valor em decorrência de seu custo de desenvolvimento. As primeiras empresas que as adotam, apesar de levarem uma vantagem competitiva

inicial, podem sofrer perdas significativas, pois com a absorção dessa nova tecnologia e a ampliação de sua utilização, há uma tendência de diminuir seu valor tornando também o valor da máquina original menor, pois, exige-se agora, menos quantidade de trabalho para sua produção. As empresas que adquirem a nova tecnologia com mais desenvolvimento e menor valor, passam a ter a vantagem competitiva.

Assim, as empresas que são pioneiras em novas tecnologias não têm como recuperar o capital investido. Muitas vezes, podem até abandonar o investimento anterior feito, tendo que adquirir a tecnologia mais desenvolvida.

Quanto mais aceleradas as mudanças tecnológicas, antes que as máquinas consigam recuperar seu valor, maiores as perdas. Hoje, acontece muito com o investimento em informática no qual as mudanças tecnológicas tornam obsoletas, rapidamente, muitas máquinas e softwares. Com o mundo globalizado, uma nova fábrica utilizando-se de moderna tecnologia, instalada do outro lado do mundo, torna obsoletas as fábricas em outro.

Cada vez mais, a tendência do valor produzido é se materializar em meios de produção. Fica também cada vez mais visível essa tendência com a concentração de capital nos centros urbanos e o nível de agressão ao meio ambiente.

Os produtos para consumo final dependem da ampliação da renda originada da venda de força de trabalho pela classe trabalhadora. Já os produtos de luxo para atender a classe capitalista se ampliam constantemente, com a acumulação de mais valia.

Como o capital materializa-se num volume de produtos cada vez maior e a proporção de força de trabalho em relação aos meios de produção empregados diminui, é preciso desenvolver constantemente o mercado para essas mercadorias. O fim ou a abertura das economias socialistas, como o caso da China, ampliou o mercado mundial, permitindo ao capital desenvolver a grande produtividade que a informática trouxe para o processo produtivo. Por outro lado, a tendência à queda da taxa de lucro do capital, com o emprego de menos trabalho vivo, proporcionalmente a quantidade de trabalho morto, tem levado a população dos países pobres a transferir renda através do ganho com capital financeiro, bem como através das privatizações, destinando recursos que foram desenvolvidos com dinheiro público ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos deparamos com conflitos visíveis, como agora em todo o mundo, já são as manifestações de mudanças que vinham germinando nas relações econômicas e sociais entre as sociedades. Sempre foi assim na história humana. O grau de violência em que se manifestam esses conflitos é que muda de dimensão.

Falar em globalização hoje é apenas constatar a interação econômica mundial e o avanço do capitalismo, como modelo hegemônico de relações sociais de produção. Desde sua origem, pela amplitude da capacidade de produção que despertou na espécie humana, precisava cada vez mais expandir-se como forma de auto-sustentação. E esse caminho de expansão continua de forma expressiva, ainda mais agora, em que rompeu-se o último limite humano, pertencente à força de trabalho individualizada: as operações do cérebro.

Porém, essa grande capacidade produtiva, reflete-se no aumento permanente da quantidade de mercadorias produzidas e, conseqüentemente, da necessidade de expandir o mercado.

As lutas políticas pelo Socialismo que construíram novos modelos econômicos a partir das crises do capital, desde o início do século XX, apesar de ter barrado a expansão capitalista em um primeiro momento, mostraram-se insuficientes para construir novas relações sociais de produção mundialmente, incorporando posteriormente, por ironia, suas bases produtivas às relações capitalistas.

Por outro lado, uma nova situação mostra as contradições do sistema capitalista, a partir da expansão econômica da China.

Apesar de o capitalismo ser cada vez mais um sistema interdependente, traz como um de seus motores a concorrência entre os capitais empregados, tornando, ao mesmo tempo, a produção cada vez mais socializada e em choque com os interesses de grupos econômicos. Os Estados nacionais buscam suprimir estes conflitos com regulamentações econômicas as mais diversas, criando por um lado, leis que protejam os interesses dos grupos nacionais, ao mesmo tempo em que criam ações externas de pressão, inclusive militares, para garantir seus interesses, como é o caso dos EUA. Mas os Estados nacionais, isoladamente, já não conseguem mais fazer frente à pressão dos grandes interesses econômicos. Unem-se em blocos para ganhar força, ampliando o mercado e facilitando a circulação de mercadorias, inclusive a de força de trabalho.

A China por sua vez, sendo um Estado Socialista, totalitário, centraliza as decisões econômicas e a destinação dos recursos que serão empregados para sua expansão. Os interesses dos agentes econômicos, personificados em empresários capitalistas, não são levados em conta, pelo menos até o momento. A parcela de mais valia acumulada a essa classe na China anda é insignificante (apesar de lá já haver alguns "bilionários"), permitindo que o trabalho excedente produzido pela classe trabalhadora retome em bens necessários à população e em investimentos direcionados.

Por razões já apresentadas anteriormente, a China tem uma força de trabalho mais desenvolvida, porém com baixo preço para o capital. Utiliza-se do mercado mundial desenvolvido pelo próprio capitalismo para vender mercadorias de baixo custo ao mesmo tempo em que começa a agregar valor em produtos de alta tecnologia, disputando diretamente com os países mais desenvolvidos. Isto vem acontecendo também com a Índia. Somados, Índia e China, possuem mais de 1/3 de toda a população mundial, que já totaliza 6 bilhões de pessoas. Mas, no fundo, o capital não tem pátria e movimenta-se conforme suas necessidades de expansão.

Uma questão central é que o capitalismo mais exclui do que inclui, através de sua jornada de expansão do valor excedente que se acumula nas mãos de uma classe em

detrimento da maioria, com uso crescente de tecnologia, substituindo a força de trabalho viva.

E essa expansão permanente vem consumindo os recursos naturais do planeta, desequilibrando seu funcionamento e tornando a vida ameaçada. A maioria da população marginalizada do planeta depende ainda dos recursos naturais disponíveis e os degrada quanto menos se desenvolve suas economias e a não inclusão na expansão capitalista. A África negra é um exemplo dessa degradação, que há séculos vem sendo explorada por grupos externos e internos, deixando hoje milhões de pessoas sem condições sequer de lutarem pela vida, assoladas por fome e epidemias.

E o Brasil? Nossa degradação manifesta-se, além da destruição do meio ambiente natural, na destruição do meio ambiente urbano, um local onde as pessoas se aglomeram cada vez mais para viver. A violência urbana, tão divulgada pelos meios de comunicação atualmente, é apenas um dos sintomas da exclusão histórica da maioria da população. Ganha dimensão através da telinha da TV Mas a vida, para muitos, é ainda pior ao que passa na TV.

Nossa espécie tem demonstrado ao longo de milhares de anos, a capacidade de dominar a natureza e tornar-se dominante frente a todas as outras espécies do planeta, inclusive frente à maioria da própria espécie.

Mas, nessa trajetória, tão curta em termos evolutivos, ao mesmo tempo em que degradamos, criamos as condições materiais para a superação da exclusão da grande maioria. Como vimos anteriormente, a separação de quem produz, dos meios para se produzir, é o combustível, chamado de luta de classes, que faz mover a história e expandir o potencial econômico.

As relações sociais de produção, ao levar a grande maioria a serem excluídas, geram os conflitos, muitas vezes violentos. Ao mesmo tempo, se a classe que domina os meios de produção sentir-se ameaçada, reagirá também com violência, podendo-se chegar a uma grande guerra, como a acontecida na Europa na metade do século XX, ou a conflitos permanentes, como vemos agora em várias partes do mundo.

Mas sempre, após um conflito, há uma acomodação dos interesses contraditórios que haviam se chocado, levados à estagnação e a explosão da violência. Volta-se a um patamar de acomodação e a novo ciclo de expansão.

Talvez estejamos entrando em um ciclo de violência após a grande expansão econômica pós-segunda guerra mundial, com o domínio norte-americano de um lado e da União Soviética do outro. Essa aparente contradição entre dois modos de produção diferentes, apesar da guerra fria, foi superada com a inserção do bloco soviético ao mundo capitalista sem maiores conflitos. Ao contrário.

Mas as áreas de influências anteriores continuam sendo disputadas, inclusive no mundo árabe e muçulmano, principalmente pela influência do petróleo.

A Ásia, conduzida primeiro pelo Japão, através do capital norte-americano, e agora pela China, além da Índia como potência econômica, briga pelos mesmos mercados antes dominados hegemonicamente por europeus e norte-americanos.

Se a perda de negócios significar conflitos internos nos países e a perda de poder político dos grupos dominantes ou a necessidade de fortalecê-los, as retaliações virão, inclusive na forma violenta, como é o caso da invasão do Iraque pelos EUA e Inglaterra, que historicamente possuem interesses econômicos na região.

Esses mesmos interesses econômicos, sustentados, não por ideologias "democráticas" como as ocidentais, mas por ideologias religiosas, apenas modifica as formas de reação à dominação e aos interesses contrariados. Para nós, ocidentais, será sempre uma razão absurda pessoas se explodindo.

Mas não podemos nos esquecer que em nome de Deus e no interesse de poucos, seja no Ocidente ou no Oriente, o Homem vem praticando os atos mais desumanos, há séculos.

O que nos conforta, talvez, é que, apesar de sempre estarmos lutando e as lutas políticas coletivas serem fundamentais, devido às influências externas acarretar um peso grande sobre nossas vidas, ainda mais por dependermos dos meios de produção sociais para sobreviver e os quais, encontram-se, em grande parte nas mãos de uma minoria, o Homem, em sua trajetória como espécie animal sobre a terra, tem sempre encontrado mecanismos vitais. Traz ao cotidiano, ao dia a dia, a influência de um sentimento de sobrevivência e de solidariedade, no qual percebe, mesmo que inconscientemente, a dimensão de estar no Universo, como parte integrante dessa dimensão. Manifesta-se em sua racionalidade, mas, principalmente, em sua estrutura interior, um sentimento especial de estar vivo e de se promover a vida, com um sentido amplo, para além da vida material.

Wilhelm Reich, médico alemão, psicanalista freudiano originalmente, mas que preferia ser chamado de orgonoterapeuta em razão da energia vital que descobriu e a qual deu o nome de orgone, era ateu, mas dizia que, a trajetória de uma espécie como a nossa, só pode ter uma função: ser a Consciência viva de Deus no Universo.

Fontes

Internet:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Sal%C3%A1rio>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3008200612.htm>

<http://www.cultura.ufpa.br/dicas/net1/int-his.htm>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>

Bibliografia

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- BUENO, Eduardo. *O Descobrimento das Índias. O Diário da Viagem de Vasco da Gama*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. *Náufragos, Traficantes e Degredados. As Primeiras Expedições ao Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. *Capitães do Brasil. A Saga dos Primeiros Colonizadores*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.
- DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- DAWKINS, Richard. *O Gene Egoísta*. São Paulo: Ed. da USP, 1979.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LOMBARDI, J.C., SANFELICE, J.L. & SAVIANI, D. (orgs). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*: livros 1 a 3. Vol. I a VI. São Paulo: DIFEL, 1987.
- _____. *Teorias da Mais Valia. História Crítica do Pensamento Econômico*. Livro 4 de "O Capital". Vol. I a III. São Paulo: DIFEL, 1985.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2002.
- PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- REICH, Wilhelm. *O Éter, Deus e o Diabo*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- _____. *Escute, Zé-Ninguém!* São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RIBEIRO, Antonio de Lima. *Teorias da Administração*. São Paulo: Saraiva, 2003.